

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Rosele Maria Branco

**“Lá onde há poder, há resistência”
— A resistência no pensamento de Michel Foucault
no período de 1975-1976 —**

MESTRADO EM FILOSOFIA

SÃO PAULO
2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Rosele Maria Branco

**“Lá onde há poder, há resistência”
— A resistência no pensamento de Michel Foucault
no período de 1975-1976 —**

MESTRADO EM FILOSOFIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em FILOSOFIA, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^a Dra. Salma Tannus Muchail.

SÃO PAULO

2013

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Salma Tannus Muchail, pelo exemplo de generosidade e franqueza, por sua orientação precisa e sua confiança.

Ao Prof. Márcio Alves da Fonseca, pelas aulas rigorosas e densas de ensinamentos.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa Michel Foucault PUC-SP, porque me acolheram com amizade.

À minha família, que soube compreender e apoiar as minhas iniciativas intelectuais.

RESUMO

Título: “Lá onde há poder, há resistência” — A resistência no pensamento de Michel Foucault no período de 1975-1976

Autora: Rosele Maria Branco

O objetivo desta dissertação é compreender o significado da resistência a partir de uma leitura de *Surveiller et punir* e de *La volonté de savoir: Histoire de la sexualité 1*, de Michel Foucault. Com base nos estudos históricos sobre os poderes e os saberes, apresentados nestes dois livros e em outros textos do autor, no período de 1975-1976, considerou-se as perguntas – como é possível resistir? quais perspectivas resistentes Foucault propôs? Partiu-se do aspecto dinâmico da concepção de poder sustentada por ele, compreendida como relações de forças, e do posicionamento crítico que tomam suas análises genealógicas, para tentar construir modelos de resistência. Defende-se a aproximação entre os dois livros, através da articulação das modalidades de poder que apresentam – o poder disciplinar e a biopolítica. O termo resistência designa a assinalação das aberturas nas relações de poder que poderiam levar adiante as lutas transformadoras. O presente trabalho contribui para a reconstituição de várias formas de atitudes resistentes, percebidas em dois níveis. Um nível de percepção mais exemplar, em *Surveiller et punir*, reúne formas de reações possíveis aos atributos do poder disciplinar. Noutro mais geral, em *La volonté de savoir*, os tipos de resistência são constituídos como chave de inteligibilidade para as situações de oposição ao poder, como instrumento de interpretação do posicionamento estratégico dos discursos e, ainda, como inspiração para atitudes renovadoras. Os elementos da arte de viver, inseridos nas reflexões sobre a biopolítica, encaminham aos desdobramentos posteriores no pensamento de Michel Foucault, concernente ao tema das resistências.

Palavras-chave: resistência, disciplina, biopolítica, dispositivo de poder.

ABSTRACT

Title: “There where there is power, there is resistance” – The resistance in the thought of Michel Foucault during the period of 1975-1976

Author: Rosele Maria Branco

The objective of this dissertation is to comprehend the meaning of the resistance through a reading of *Surveiller et punir* and *La volonté de savoir: Histoire de la sexualité 1*, by Michel Foucault. Based on the historic studies about the powers and the knowledges, submitted in those two books and in other texts by the author, during the period of 1975-1976, considered the questions – how is it possible to resist? which perspectives of resistance Foucault proposed? This started from the dynamic aspect of the conception of power sustained by him, understood as relations of forces, and the critical stance they take their genealogical analysis, to try to build models of resistance. It defends the rapprochement between the two books, through the link of modalities of power they exhibit – the disciplinary power and the biopolitics. The term resistance means pointing out the openings in the power relations that could carry out the transformative struggles. This work contributed to the reconstruction of various forms of resistant attitudes, perceived at two levels. A most exemplary level of perception, in *Surveiller et punir*, gathers forms of possible reactions to the attributes of disciplinary power. In another more general, in *La volonté de savoir*, the types of resistance are constituted as key to intelligibility situations in opposition to power, as an instrument for interpreting the strategic positioning of the discourses and also as inspiration for renovating attitudes. The elements of the art of living, inserted in the reflections on biopolitics, refer to later developments in the thought of Michel Foucault, concerning the theme of the resistances.

Keywords: resistance, discipline, biopolitics, dispositif of power.

ABREVIATURAS

AN Os anormais

DE I Dits et écrits I

DE II Dits et écrits II

DS Em defesa da sociedade

IDS “Il faut défendre la société”

QC? Qu’est-ce que la critique? [Critique et Aufklärung]

LAN Les anormaux

LVS La volonté de savoir

NC Naissance de la clinique

SP Surveiller et punir

STP Segurança, território, população

VP Vigiar e punir

VS A vontade de saber

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
-----------------	----

CAPÍTULO I — UMA LEITURA DE *VIGIAR E PUNIR*

Considerações iniciais.....	17
1. A questão do poder e sua relação com a resistência.....	18
2. Assinalações da resistência.....	20
2.1 Resistir nas dimensões do corpo e do tempo.....	21
2.2 Resistência como risco: desobediência, deserção, delinquência.....	25
2.3 Resistência como resposta moral: indignação.....	28
3. Disciplinas e resistências.....	31
3.1 Sujeito obediente e sujeito de direito.....	32
3.2 Invisibilidade e visibilidade.....	33
3.3 Individualidade calculável e singularidade memorável.....	34
3.4 Ordem e desordem.....	38
4. Relações entre poder e saber: como resistir?.....	41
5. Reflexões gerais sobre resistência em <i>Vigiar e punir</i>	44

CAPÍTULO II — UMA LEITURA DE *A VONTADE DE SABER*

Considerações iniciais.....	48
1. Modelos de poder.....	49
1.1 Modelo jurídico-discursivo.....	49

1.2 Modelo estratégico.....	51
2. Tipos de resistência em <i>A vontade de saber</i>	54
2.1 Princípio de inteligibilidade das situações de oposição ao poder.....	54
2.2 Instrumento para análise dos discursos de veridicção.....	61
2.3 Ultrapassagem dos dispositivos de poder.....	65
3. Resistências e biopoder.....	68
4. Reflexões gerais sobre resistência em <i>A vontade de saber</i>	78

CAPÍTULO III — DESDOBRAMENTOS DO TEMA DA RESISTÊNCIA

Considerações iniciais.....	81
1. Conduta e contraconduta.....	82
2. Referência à <i>Aufklärung</i> kantiana.....	87
3. Passagem da ética ao primeiro plano.....	89

CONCLUSÃO

1. Convergências nas leituras de <i>Vigiar e punir</i> e <i>A vontade de saber</i>	93
2. Considerações finais.....	96

REFERÊNCIAS	100
--------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender a resistência no pensamento de Michel Foucault, no período em que o autor enfatiza a análise genealógica do poder. Para concretizar esta intenção levam-se em conta, como referência principal, os dois grandes livros publicados pelo autor na década de 70: no ano de 1975, foi publicado *Vigiar e punir (VP)* e, no ano seguinte, surgiu *A vontade de saber (VS)*, volume I da *História da sexualidade*. Estes livros têm reconhecida importância, desde a época de sua publicação, por difundirem a reflexão e a discussão sobre a problemática do poder. *VP* e *VS* compõem uma abordagem ampliada sobre o exercício do poder na sociedade moderna e contemporânea, desde os mecanismos que incidem particularmente sobre o corpo dos indivíduos, característicos do poder disciplinar, até os dispositivos que objetivam a vida e atuam como um biopoder sobre as populações. Entende-se que, ao levar o tema do poder à discussão, Foucault propôs simultaneamente a questão da resistência ao poder, porque faz parte dessa reflexão a pergunta: como é possível resistir? Pode-se apreender por resistência, inicialmente, as perspectivas que se opõem ao exercício do poder, decorrendo daí a importância da sua compreensão.

A questão da resistência terá desdobramentos em toda a obra de Michel Foucault, poder-se-ia dizer em toda a sua vida. Por isto, ao circunscrever este trabalho ao período daquelas publicações, quer-se tão somente delimitar um intervalo de estudos. O objetivo é identificar o significado e o funcionamento da resistência tomando como eixo principal *Vigiar e Punir* e *A Vontade de saber*, nos quais se pretende reconhecer formas e possibilidades de práticas de resistência. Introdutoriamente, uma contextualização deve ser realizada, levando em consideração a trajetória dos escritos e o método do autor.

Muitos estudiosos dividem a produção intelectual de Michel Foucault [1926-1984] em três períodos.¹ O primeiro, a arqueologia do saber, voltado para a constituição dos saberes e a análise dos discursos em épocas determinadas, inclui

¹ Cf. MUCHAIL, Salma Tannus. A trajetória de Michel Foucault. In: *Foucault, simplesmente*. São Paulo: Loyola, 2004. p.9-20.

os livros publicados nos anos 60: *A história da loucura* [1961], *O nascimento da clínica* [1963], *As palavras e as coisas* [1966] e *A arqueologia do saber* [1969]. O segundo período é conhecido como a genealogia do poder e abrange os livros publicados na década de 70, tendo como foco as análises sobre o poder: justamente *Vigiar e Punir* [1975] e o primeiro volume da *História da sexualidade*, *A vontade de saber* [1976]. No terceiro período, genealogia da ética, Foucault pesquisa sobre a constituição do sujeito ético e os livros publicados são os da década de 80: os volumes II e III da *História da sexualidade*, respectivamente, *O uso dos prazeres* [1984] e *O cuidado de si* [1984]. Deve-se salientar que estes períodos se articulam entre si e não podem ser tomados como divisões fixas.

Além dos livros publicados, duas outras fontes editoriais têm dado acesso ao pensamento do autor: trata-se das aulas e das pesquisas do Foucault professor, reproduzidas na publicação dos cursos ministrados por ele no *Collège de France* nos anos 1970 a 1984 (editados a partir de 1997); e do trabalho de Foucault como filósofo engajado que coloca sua palavra em público através de entrevistas, conferências, artigos, etc. em diversos países, resultando na publicação dos extensos volumes intitulados *Dits et écrit I a IV* (1994). Tais fontes, disponíveis após a morte do autor, são igualmente importantes e necessárias para a compreensão do seu pensamento, por conterem desdobramentos esclarecedores das análises apresentadas nos livros.²

O momento escolhido para o desenvolvimento deste trabalho corresponde aos anos em que as investigações de Foucault se voltam para o eixo poder-saber, ou seja, estão relacionadas aos mecanismos de poder e suas implicações com a produção de saberes verdadeiros. Voltam-se, ainda, para as práticas sociais e tomam um aspecto claramente político. Adverte-se que é somente através dos estudos de Foucault sobre o poder que se poderá aceder à compreensão da resistência, explicitando os mecanismos de poder e o funcionamento correlativo da resistência.

Considerações adicionais se referem às escolhas metodológicas de Foucault. Para isso, é possível recorrer a um texto do próprio autor, intitulado “Foucault”, verbete do *Dicionário dos filósofos* de Huisman, mesmo que posterior em relação à

² Cf. BERT, Jean-François. *Introduction à Michel Foucault*. Paris: La Découverte, 2011. p. 4.

proposta cronológica deste trabalho.³ Neste texto, Foucault apresenta sua obra retrospectivamente e faz considerações sobre seu método.

No referido verbete, Foucault denomina sua obra de “história crítica do pensamento”, que, para ele, pode ser compreendida como a “análise das condições nas quais se formaram ou se modificaram certas relações do sujeito com o objeto, uma vez que estas são constitutivas de um saber possível”.⁴ Foucault denomina “subjetivação” o modo como o sujeito é constituído e como alcança o *status* de sujeito de um saber; e “objetivação”, o modo como um objeto é problematizado, delimitado e focalizado.⁵ A subjetivação e a objetivação são diferentes a cada época e se ligam mutuamente através dos “jogos de verdade”, que significam, “não a descoberta das coisas verdadeiras, mas as regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso.”⁶ Fazer a história crítica do pensamento, diz ele, “é fazer a história da emergência dos ‘jogos de verdade’”, ou das “veridicções”, e da articulação entre sujeito e objeto nas “experiências possíveis” em seu “*a priori* histórico.”⁷

Observa-se que a constituição do sujeito se dá sempre em relação à verdade e de como esta é inserida no contexto de uma época, através dos saberes e das práticas. Observa-se, ainda, que os saberes são considerados de forma dinâmica, como sugere a expressão “jogos de verdade”, em um contexto histórico.

Foucault empreende três modos de análise das relações entre sujeito e verdade: o sujeito do lado da “normalidade” como objeto das ciências humanas; o sujeito do outro lado da “normalidade” – como louco, delinquente ou doente; e como sujeito da ação ética.

Para analisar a constituição do sujeito, enfocando a questão das relações entre sujeito e verdade, Foucault aponta três princípios de sua metodologia.

³ O verbete “Foucault” foi escrito por Michel Foucault e publicado em 1984. Consultado em *DE II*, Paris: Quarto Gallimard, 2008, p.1450-55. Tradução: FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Coleção Ditos e Escritos, vol. V. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Organização de Manoel Barros da Motta. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p.234-9.

⁴ *DE II*, p. 1450-1. Tradução, vol. V, p.234.

⁵ *DE II*, p. 1451. Tradução, vol. V, p.235.

⁶ *DE II*, p. 1451. Tradução, vol. V, p.235.

⁷ *DE II*, p. 1451. Tradução, vol. V, p.235.

O primeiro é se afastar dos “universais antropológicos”, de tudo o que possa ser considerado como universal na “natureza humana” ou nas “categorias” que se possam aplicar ao sujeito.⁸ É um ceticismo em relação às categorias universais, para enxergar suas emergências históricas e interrogá-las em suas regras de verdade.

O segundo é a recusa do sujeito constituinte para inverter os procedimentos e partir da realidade que constitui o sujeito. Como diz ele, é “descer ao estudo das práticas concretas pelas quais o sujeito é constituído na imanência de um campo de conhecimento”, é “fazer aparecer os processos próprios a uma experiência em que o sujeito e o objeto ‘se formam e se transformam’”.⁹

O terceiro princípio é partir das práticas, das maneiras de fazer, de agir e de pensar, como ponto de vista ou como campo de análise para identificar a constituição do sujeito e do objeto. Ao considerar as práticas, através das quais se pretende reconhecer o sujeito, é importante analisar as relações de poder, diz Foucault, que “caracterizam a maneira como os homens são ‘governados’ uns pelos outros” e são objetivados de diversas maneiras.¹⁰

Se uma das suas escolhas metodológicas é considerar um passo atrás e investigar a gênese histórica das veridicções, também significa considerar um passo além e propor novos instrumentos de interpretação para suas análises, como por exemplo, o modelo de poder em termos relacionais, como se verá mais adiante.

Neste contexto, para abordar a questão da resistência no pensamento de Foucault é importante lembrar suas escolhas metodológicas, primeiramente, compreendendo que Foucault se afasta das ideias universais nas análises genealógicas do poder. Pelo lado do poder, ele contorna a concepção de poder como essência, ou como repressão, ou do poder emanando de um polo único, de cima para baixo, para propor a modalidade de poder como relações de forças. Pelo lado da resistência, ele também se afastará das ideias de luta de classes, revolução, dominação e injustiça, ao mostrar, para além destas, outras maneiras de pensá-la. Isto significa que, ao investigar a resistência, é preciso dar atenção às sutilezas e perceber novas possibilidades. Como será visto, em poucos momentos nestes livros,

⁸ *DE II*, p. 1453. Tradução, vol. V, p.237.

⁹ *DE II*, p. 1453. Tradução, vol. V, p.237.

¹⁰ *DE II*, p. 1454. Tradução, vol. V, p.238-9.

Foucault se refere de maneira específica às práticas de resistência; no mais das vezes, pode-se apenas encontrar conjunturas que levam a aberturas para as resistências. Estas aberturas são exemplos, momentos, relatos que proporcionam reflexões sobre formas possíveis de resistência.

As formas de resistência recolhidas não são resultado de uma teoria do poder ou de uma aproximação formal a uma definição de resistência, porque se sabe que Foucault, em suas pesquisas históricas, nunca procurou fundar uma teoria, mas realizou uma analítica das práticas sociais e dos discursos mencionados como verdadeiros. As formas de resistência percebidas em *VP* e *VS* e apresentadas neste trabalho são, na verdade, contornos de figuras ou de modelos construídos durante a leitura dos livros e constituem, também, práticas e saberes inseridos no contexto relacional do poder. Desta maneira, onde havia assinalação de contraposição de forças nas descrições dos livros, pretendeu-se buscar vias de acesso a modelos de resistência. Estas figuras ou modelos de resistência, assim esboçados, não são apresentados por Foucault em nenhum de seus textos, na verdade são hipóteses desenvolvidas neste trabalho para emoldurar atitudes, ações e práticas resistentes.

Cabe ainda fazer algumas considerações sobre a noção de dispositivo [*dispositif*], o instrumento conceitual utilizado pelo autor, no âmbito da genealogia do poder, para análise dos cruzamentos entre os poderes e os saberes.

Acerca de dispositivo, eis o que Foucault fala:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.¹¹

E continua: “Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos.”¹² Entre os elementos do dispositivo, afirma, existe uma implicação mútua, dos discursos, práticas e racionalidades que se reforçam e se justificam, ou ao contrário, contradizem-se e

¹¹ *DE II*, Le jeu de Michel Foucault, Paris: Quarto Gallimard, 2008, p.299. Entrevista concedida em 1977. Tradução brasileira: FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: *Microfísica do Poder*. Tradução de Angela Loureiro de Souza. Organização de Roberto Machado. 26.reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.244.

¹² *Ibid.*, p.299. Tradução, p.244.

levam a modificações de posição ou função. Além disso, Foucault entende o dispositivo “como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.”¹³

Acrescenta, “o dispositivo é isto: estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.”¹⁴ É uma intervenção racional que visa manipular as relações de forças, provocando manutenção ou transformação.

Os dispositivos estratégicos são a rede complexa que alinha os agentes das relações de poder, como sugere a tradução inglesa do termo *dispositifs* para *alignments*, por Joseph Rouse.¹⁵ Na interpretação deste estudioso de Foucault, os dispositivos são alinhamentos entre os agentes dominantes e os agentes subordinados das relações de poder, que têm como características principais a heterogeneidade e a dimensão temporal. Eles são constituídos por agentes, instrumentos de poder (construções, documentos, ferramentas, etc.), práticas e rituais. É esta heterogeneidade dos dispositivos que distribui o poder, levando a que ele venha de todos os lugares. Da mesma maneira, o exercício do poder não se torna estático, mas circula e se reproduz durante o tempo.

A resistência terá de se haver com os dispositivos estratégicos. Ela se dará dentro dos dispositivos, através deles, contra eles e, dificilmente, fora deles, como será analisado no decorrer deste estudo.

Michel Foucault recebeu críticas de que via somente o poder por toda parte, na verdade, ele afirma o oposto: “Com frequência se disse – os críticos me dirigiram esta censura – que, para mim, ao colocar o poder em toda parte, excluo qualquer possibilidade de resistência. Mas é o contrário!” Este trabalho se propõe a compreender esta afirmação.¹⁶ Colocam-se as perguntas – o que o autor quer dizer

¹³ Ibid., p.299. Tradução, p.244.

¹⁴ Ibid., p.300. Tradução, p.246.

¹⁵ Cf. ROUSE, Joseph. Power/Knowledge. In: *The Cambridge companion to Foucault*. Edited by Gary Gutting. 2.ed. New York: Cambridge University, 2003. p.109.

¹⁶ Em entrevista concedida em 1977. Consultado em *DE II*, Paris: Quarto Gallimard, 2008, p.407. Tradução: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos e Escritos, vol. IV. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Organização de Manoel Barros da Motta. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p.232. (Poder e saber)

por resistência? como é dado resistir? Foucault privilegia somente o poder ou ele propõe outras perspectivas?

Para tentar enfrentar essas perguntas, a pesquisa se desenvolve em três capítulos, os dois primeiros dedicados à leitura de *Vigiar e punir* e *A vontade de saber*, respectivamente, seguidos de um terceiro breve capítulo que aponta os desdobramentos posteriores do tema. Complementando a leitura daqueles livros centrais, são utilizados outros textos do autor, como os cursos ministrados no *Collège de France* e conferências e entrevistas concedidas por Foucault sobre a temática do poder, nos anos que imediatamente antecedem ou sucedem aos delimitados aqui (1975-1976). A complementação também se faz buscando auxílio em seus estudiosos.

CAPÍTULO I — UMA LEITURA DE *VIGIAR E PUNIR*

Considerações iniciais

*Vigiar e punir*¹⁷ (VP) é um livro que descreve de forma extensa e detalhada as tecnologias do poder, tomando como exemplo central a prisão.

A proposta de abordar a questão da resistência em VP traz duas dificuldades principais. A primeira é a tendência a resvalar sempre para as descrições das práticas do poder, pelo profícuo material apresentado no livro (é preciso destacar que a exposição aprofundada e detalhada das práticas do poder não é um dos objetivos deste trabalho, porque o que se pretende distinguir são as resistências). A segunda dificuldade é que se localizam poucas passagens em que a resistência é abordada diretamente, tanto no livro quanto nos textos de seus estudiosos. A maneira encontrada para contornar tais dificuldades foi realizar uma leitura metódica do livro e tentar identificar o aparecimento de táticas de resistência emparelhadas aos mecanismos do poder. Para isso, parte-se de dois princípios, sendo o primeiro a indissociabilidade entre poder e resistência, fundamentada na própria maneira como o autor concebe o exercício do poder, através de relações de forças. Deste modo, as descrições das práticas do poder podem levar ao aparecimento de assinalações da resistência associadas a elas. O segundo princípio leva ao procedimento de aproximação ao texto: mapear momentos em que o autor situa exemplos de contraponto de forças. Estes exemplos são tomados para construir contornos que possam balizar tipos ou figuras de resistência, inseridas subliminarmente na trama das descrições de VP. Estas amostras, exemplos, imagens, contornos de figuras que se pretende identificar no texto, podem ser entendidas como as diversas maneiras, usos, abordagens, funcionamentos das resistências presentes no livro. Por certo, mais do que apenas elencar estes exemplos e figuras, procura-se compreender as práticas de resistência e as propostas do autor, assim contribuindo para a reflexão sobre como é possível resistir.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir*, naissance de la prison. Collection Tel. Paris: Gallimard, 2011. Tradução brasileira: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*, nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 37.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Complementarmente, buscam-se explicações esclarecedoras recorrendo às entrevistas e conferências que Foucault concedeu logo antes ou após a publicação do livro. Recorre-se também aos cursos no *Collège de France*, *Les anormaux* [1974-1975]¹⁸ e *“Il faut défendre la société”*[1975-1976]¹⁹. Neste capítulo, a utilização dos comentadores terá lugar nas reflexões gerais apresentadas ao final; em todos os demais itens, fundamentalmente, ater-se-á aos textos e trabalhos do próprio autor, visto que é nestes que se procurará perceber as práticas da resistência.

O primeiro item deste capítulo se reporta à questão do poder e situa a resistência dentro do mesmo contexto, enfatizando uma concepção relacional de poder. O segundo item aponta para os sinais da resistência nas descrições acerca do poder; um terceiro item aborda as práticas disciplinares e propõe as correlacionar às atitudes de resistência. O quarto item tenta responder à pergunta: como é possível pensar as táticas que levam a resistir à relação entre poder e saber? Reflexões gerais são apresentadas no final do capítulo.

1. A questão do poder e sua relação com a resistência

O livro faz um percurso histórico, passando pelo poder monárquico ou soberano, da idade clássica, para se deter no estudo do poder na modernidade, isto é, o poder carcerário e disciplinar. Os estudos de Foucault, neste livro, recobrem os séculos XVI ao XX, com especial atenção aos séculos XVIII e XIX, época em que surge o procedimento penal do aprisionamento junto com este novo tipo de poder, denominado por ele de poder disciplinar.

A questão da resistência só aparece subliminarmente em *Vigiar e punir*. Por isso, será abordada em relação à concepção de poder, atendo-se, porém, aos

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Les anormaux*. Cours au Collège de France (1974-1975). Paris: Gallimard et Seuil, 1999. Tradução: FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Curso ministrado no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *“Il faut défendre la société”*. Cours au Collège de France (1975-1976). Paris: Gallimard et Seuil, 1997. Tradução: FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso ministrado no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

capítulos em que Foucault enfatiza o poder carcerário e o poder disciplinar, capítulos estes em que a resistência aos dispositivos disciplinares poderá ser focalizada.

Nas páginas iniciais, Foucault faz duas advertências que devem ser consideradas, uma relacionada à concepção de poder que propõe explorar em suas análises e outra em direção aos saberes.

Primeiramente, Foucault explicita as características da modalidade do poder tal como pretende que seja compreendido em seu livro, as quais são sintetizadas a seguir.²⁰

- a) Trata-se sempre do corpo. O poder é um investimento sobre o corpo, para obtenção da docilidade, da utilidade e da cognoscibilidade de suas forças. O poder atua na materialidade do corpo e constitui um sistema de “assujeitamento”.
- b) É um investimento tecnológico, sutil e difuso. Não é uma ciência, é um outro tipo de conhecimento sobre o corpo, não nomeado e raramente formulado, mas que está difusamente presente em todas as relações humanas. É uma modalidade de ação que calcula, manipula e provoca dissimetria de forças. Seus mecanismos são pouco honrosos e suas estratégias, invisíveis.
- c) O poder não é uma propriedade ou um privilégio, é uma estratégia, um exercício, uma atividade, que mais que reprimir ou proibir, produz comportamentos, acopla-se aos saberes, infiltra-se em todo o tecido social, no nível de uma “microfísica”.
- d) O poder é dinâmico, caracterizado como uma relação de forças, seus mecanismos agem permanentemente e estão sujeitos às reviravoltas possíveis dos campos de batalha.

Nesta aproximação inicial à modalidade de poder que descreverá, Foucault também menciona o movimento de oposição ao poder:

Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que “não têm”; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança.²¹

Logo adiante, continua:

²⁰ SP, p.32-7. VP, p.28-31.

²¹ SP, p.35. VP, p.30.

Finalmente, não são unívocas [as relações de poder]; definem inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando cada um seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças.²²

A resistência é referida como “luta” e pode-se, a partir daí, compreendê-la como integrante das relações de forças e fonte da instabilidade perpétua da batalha. Se o poder é relação de forças, a resistência é o que se opõe ao exercício do poder, com maior ou menor intensidade, mas sempre presente. Se o poder é dinâmico e atua em várias frentes, a resistência é a possibilidade de inversão da relação, desafiando a estabilidade que o poder procura manter.

Na segunda advertência, Foucault informa: é preciso renunciar a um campo neutro e desinteressado dos saberes ou da atuação humana. Deve-se admitir que poder e saber estão implicados, que o sujeito que conhece, bem como os objetos a conhecer e as formas de conhecimento são perpassados pelas relações entre poder e saber, e é desta forma que devem ser analisados. Como ele conclui a seguir:

Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis de conhecimento.²³

Nesta perda da inocência em relação aos saberes, a resistência pode encontrar um instrumento de ação, ou seja, a lucidez necessária para entrar nos jogos do poder. Além disso, é importante observar que Foucault afirma que as lutas de resistência também fazem parte dos processos de constituição do sujeito e de determinação dos saberes possíveis.

Considerando estas advertências iniciais, é possível pensar em dois papéis para a resistência: um em relação ao poder, articulando-a como luta nos pontos de oposição; e outro na constituição dos saberes e do próprio sujeito do conhecimento. O seguimento do presente estudo tomará estas perspectivas.

2. Assinalações da resistência

²² SP, p.35-6. VP, p.30.

²³ SP, p.36. VP, p.30.

Para vasculhar a presença da resistência em *Vigiar e punir* é preciso encontrar as pistas que o próprio autor espalhou no texto, aprofundá-las, ampliá-las, tornando-as mais visíveis. Atentar para palavras que denotam esta contraposição ao exercício do poder, que, em geral, recebem os prefixos de negação e oposição, como, por exemplo, o contrapoder, o antipenal, a desobediência, a indisciplina. Esta procura não é um mero caça-palavras, mas um indicativo de resgate de atitudes, quase sempre com conotações negativas. Pretende-se destacar a resistência na conjuntura dos dispositivos disciplinares, discernindo o seu papel nos jogos do poder.

2.1 Resistir nas dimensões do corpo e do tempo

Foi visto que o poder é um investimento sobre o corpo. O que é “o corpo”? No curso *Os anormais* (AN), ao discorrer sobre o alvo da prática cristã da confissão do pecado de luxúria, Foucault sinaliza para o que entende por corpo:

Não é mais o aspecto relacional, mas o próprio corpo do penitente, são seus gestos, seus sentidos, seus prazeres, seus pensamentos, seus desejos, a intensidade e a natureza do que ele próprio sente, é isso que vai estar agora no foco mesmo desse interrogatório sobre o sexto mandamento. [...] um percurso metódico do corpo, uma espécie de anatomia da volúpia. É o corpo com suas diferentes partes, o corpo com suas diferentes sensações.²⁴

Os mecanismos disciplinares instaurados nos quartéis, nas escolas, nos hospitais, nas prisões, também têm como alvo este corpo, sendo o envoltório da anatomia complexa que constitui o indivíduo, e o toma por seus órgãos, seus gestos, seus pensamentos, seus sentidos e seus desejos.

Sendo assim, no nível do próprio corpo, como resistir? Refletindo sobre algumas passagens selecionadas de *VP*, tentar-se-á sugerir respostas.

Na passagem a seguir, Foucault reproduz uma descrição do século XVII, período que antecede à instalação dos mecanismos disciplinares, os quais passarão a surgir a partir do século XVIII.

²⁴ LAN, p.173; AN, p.160.

Eis como ainda no início do século XVII se descrevia a figura ideal do soldado. O soldado é, antes de tudo, alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia: e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas – essencialmente lutando – as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra...²⁵

Foucault continua, descrevendo a transformação que o poder disciplinar imprimiu sobre a figura do soldado, já no século XVIII.

Segunda metade do século XVIII: o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas: lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi ‘expulso o camponês’ e lhe foi dada a ‘fisionomia do soldado’.²⁶

Este corpo dobrado do soldado, Foucault denomina “corpo dócil”, sendo que a noção de “docilidade” é o “que une ao corpo analisável o corpo manipulável”, através das disciplinas.²⁷ E assim, define as “disciplinas”:

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”.²⁸

Neste momento do livro, o que Foucault opõe ao corpo dócil e útil do soldado disciplinar do século XVIII? É o registro histórico do outro soldado do século XVII, cujo corpo denota vigorosidade e coragem e é a expressão do orgulho e da honra.

Pensando na resistência como força de oposição ao poder e, correlativamente, nestas duas passagens contrapostas, é possível supor que é a afirmação do próprio corpo, é seu vigor, seu orgulho, sua honra e sua coragem, transformadas em atitudes que se opõem aos mecanismos do poder. Não é o caso de propor um retorno ao século XVII, nem de tomar o soldado como modelo de resistência, mas perceber que a atitude corajosa do corpo, possível em qualquer tempo, é o oposto do corpo “docilizado”. Pode-se compreender o que, mais tarde, Paul Veyne, quer dizer citando Foucault: “só há coragem física”; a coragem é um

²⁵ SP, p.159. VP, p.131.

²⁶ SP, p.159-60. VP, p.131.

²⁷ SP, p.160. VP, p.132.

²⁸ SP, p.161. VP, p.133.

corpo corajoso.”²⁹ Portanto, o corpo corajoso, pode ser visto como figura de resistência ao investimento do poder.³⁰

Ainda sobre o corpo:

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos e de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo, faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita.³¹

Nesta passagem, Foucault fala das forças do corpo, ou seja, não fala de um corpo destituído de potência, mas de um corpo cuja energia e potência estão invertidas para a utilidade e a obediência por uma relação de sujeição, através da dissociação entre seu uso (utilidade) e seu fim (político). Foucault apenas sugere que, se não fosse assim, outro tipo de potência poderia resultar. Subentende-se outro tipo de política, que não fosse a da obediência, mas a da afirmação de si mesmo. Subentende-se que há forças para resistir e que alcançar resistir passa por uma não dissociação de si, e, de certa forma, por manter a potência em si mesmo, como fim.

Em mais uma passagem, volta a evidenciar este desequilíbrio induzido de forças: “Digamos que a disciplina é o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ônus reduzida como força ‘política’, e maximalizada como força útil.”³²

Outro aspecto a mencionar, a primeira resistência que se manifesta ao treinamento, aos seus exercícios, é a resistência espontânea e natural do organismo, através de suas “exigências de natureza e de limitações funcionais”: o corpo se opõe organicamente.³³ Contudo, esta resistência orgânica foi logo capturada pelo poder disciplinar, que estudou e adaptou seus procedimentos a ela, formando uma individualidade natural e orgânica. Pode-se também inferir que este

²⁹ VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.244.

³⁰ Cf. *SP*, p.162. *VP*, p.133. Ao discorrer sobre a docilização dos corpos, em *VP*, Foucault lembra que as disciplinas diferem do “ascetismo”. O ascetismo monástico, por exemplo, é uma maneira de aumentar o domínio de si sobre o próprio corpo e que implica renúncias, mais do que comportamentos úteis. Mais tarde, Foucault dará atenção especial ao ascetismo, como uma forma de contraconduta (em *STP*).

³¹ *SP*, p.162. *VP*, p.133-4.

³² *SP*, p.258. *VP*, p.209.

³³ *SP*, p.182. *VP*, p.149.

fato faz com que os procedimentos disciplinares sobre o corpo pareçam ser orgânicos, quando são, na verdade, calculados para utilização de suas forças.

Estabelecendo-se sobre o corpo, o poder disciplinar se estabelece, simultaneamente, sobre o tempo do indivíduo. O tratamento dado por Foucault à questão do tempo é uma denúncia.

A escola dos Gobelins é apenas o exemplo de um fenômeno importante: o desenvolvimento, na época clássica, de uma nova técnica para a apropriação do tempo das existências singulares; para reger as relações do tempo, dos corpos e das forças, para realizar uma acumulação de duração; e para inverter em lucro ou em utilidade sempre aumentados o movimento do tempo que passa. Como capitalizar o tempo dos indivíduos [...]?³⁴

Principalmente relacionada à prática pedagógica, mas também à militar, a denúncia se refere à fragmentação do tempo em atividades sucessivas e ajustadas. São esquemas que inserem cada indivíduo em uma “série temporal”, à qual “se encontra preso” e que produzem, também, um “tempo composto”, com o tempo de uns se ajustando ao tempo de outros.³⁵ Uma gestão do tempo para torná-lo tempo útil.

Para ele, a sociedade moderna passa a utilizar o tempo de vida dos indivíduos a fim de colocá-lo à disposição dos aparelhos de produção, transformando o máximo de tempo, em tempo de trabalho.³⁶

Na verdade, Foucault faz ver que, primariamente, o tempo de existência é do indivíduo, de cada um, que nem todo tempo precisa ser útil e que as séries temporais estabelecidas são arbitradas. Resistir é perceber isto.

2.2 Resistência como risco: desobediência, deserção, delinquência

³⁴ SP, p.184-5. VP, p.151

³⁵ SP, p.186-7. VP, p.153.

³⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3.ed. Rio de Janeiro, NAU: 2003. p.116.

O soldado disciplinado assim como o aluno disciplinado deve responder às ordens com obediência cega, numa relação automática entre comando e comportamento desejado.

O treinamento das escolares deve ser feito da mesma maneira: poucas palavras, nenhuma explicação, no máximo um silêncio total que só seria interrompido por sinais [...] e devia significar em sua brevidade maquinal ao mesmo tempo a técnica do comando e a moral da obediência.³⁷

Do lado do mestre de disciplina se estabelece o treinamento e o comando, do outro lado, o do sujeito disciplinado, a obediência. Portanto, a técnica do comando e a moral da obediência são instrumentos da disciplina.

Eis ainda outra passagem, que é interessante transcrever:

Daí sem dúvida a importância que se dá há tempo aos pequenos processos de disciplina [...], daí a afirmação que estão no próprio fundamento da sociedade, e de seu equilíbrio, enquanto são uma série de mecanismos para desequilibrar definitivamente e em toda parte as relações de poder; daí o fato de nos obstinarmos a fazê-las passar pela forma humilde mas concreta de qualquer moral, enquanto elas são um feixe de técnicas físico-políticas.³⁸

A moral da obediência é realmente uma moral ou é um dos instrumentos do desequilíbrio de forças nas relações de poder? Se obedecer é confirmar o comando das táticas de poder, desobedecer é resistir.³⁹ Recusar a obediência cega e pedir explicações; recusar o que é imposto pela autoridade e refletir sobre o próprio consentimento, trata-se da resistência em forma de desobediência.⁴⁰

³⁷ SP, p.195. VP, p.160.

³⁸ SP, p.260. VP, p.210.

³⁹ Deve-se observar que em STP, na sua análise do poder pastoral, Foucault identifica a obediência como um dos três eixos sobre os quais se desenvolve o poder pastoral em sua especificidade.

⁴⁰ Frédéric Gros lembra que a obediência, ou o abuso da obediência, é um problema político central, abordado por Foucault em VP. A docilidade do corpo é o reflexo do consentimento esclarecido, inseridos num esquema de determinações exteriores. Reproduzimos o excerto: "*Le vrai problème de la philosophie politique du XX^e siècle, ce n'est pas en effet le fondement du pouvoir, ce n'est pas la nature de la souveraineté, c'est celui de l'obéissance. Qu'est-ce qui nous fait obéir? C'est ainsi que dans Surveiller et punir Foucault met en place le concept de docilité. La docilité, c'est ce qui dans le corps répond au consentement éclairé de l'esprit : une manière de se plier intérieurement à ce qui est présenté comme une nécessité qui nous correspond. Il y a dans la docilité comme dans le consentement l'idée d'un engagement spontané, apaisé et définitif dans un système de déterminations extérieures. C'est la condition éthique du capitalisme : nos besoins et nos désirs doivent être adaptés aux appareils de production, à son rythme, à ses séquences.*" GROS, Frédéric. L'abus d'obéissance. Libération, 19 e 20 de junho de 2004. Paris. Caderno intitulado *Le feu Foucault*, p.IX. Disponível em: <http://www.liberation.fr/cahier-special/0101492956-l-abus-d-obéissance>. Acesso em 23 jan 2013.

Aproximável da atitude de desobedecer, desertar também remete a uma atitude de resistência. Foucault faz uma breve referência às deserções, quando escreve sobre as construções dos quartéis, como uma forma de cercar a tropa e obter um local disciplinar fechado. Os quartéis, entre outras funções, teriam a de “fazer cessar as deserções”.⁴¹ Por outro lado, as referências às táticas, estratégias e instrumentos militares aparecem muitas vezes, porque a modalidade de poder disciplinar deve muito de sua gênese ao adestramento militar. Como exemplos, são citadas as tropas francesas ou as tropas prussianas de Frederico II, rei que obteve muitas vitórias por sua obsessão pelo exercício e a pela disciplina da infantaria. Sobre isto, Foucault escreve:

A Era Clássica viu nascer a grande estratégia política e militar segundo a qual as nações defrontam suas forças econômicas e demográficas; mas viu nascer também a minuciosa tática militar e política pela qual se exerce nos Estados o controle dos corpos e das forças individuais.⁴²

Pode-se compreender a expansão para todo o corpo social das táticas militares e, além disso, a instauração de um “sonho militar da sociedade”, no qual a sociedade perfeita se dá como as “engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina”, sob “coerções permanentes” e pela “docilidade automática”.⁴³

Desertar pode ser também compreendido como resistir a este sonho militar. O desertor realizaria a forma de resistência que sonha com outra referência fundamental para a sociedade.⁴⁴ Foucault alerta que não existe um lado de fora, não se pode desertar das relações de poder. É possível, contudo, desertar de um projeto e inventar outras propriedades e outros instrumentos que venham a atuar na sociedade e lhe dar nova conformação.

Em sentido semelhante ao da desobediência e da deserção, uma figura à margem da sociedade é o delinquente. Michel Foucault mostra que o delinquente é uma personagem produzida pela prática penal, de duas maneiras. A primeira, pelas próprias condições das prisões que, ao final, favorecem a reincidência dos delitos. A

⁴¹ SP, p.166. VP, p.137.

⁴² SP, p.198. VP, p.162.

⁴³ SP, p.198. VP, p.162.

⁴⁴ Como em STP, onde Foucault descreve as deserções como uma resistência de conduta, como “recusa dos valores apresentados pela sociedade, [...] como certa recusa do sistema político efetivo dessa nação.” FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso ministrado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.261-2.

segunda, porque o delinquente é o objeto constituído pelo ponto de encontro dos saberes penal e psiquiátrico, sobre o corpo do condenado.

Dizem que a prisão fabrica delinquente; é verdade que ela leva de novo, quase fatalmente, diante dos tribunais aqueles que lhe foram confiados. Mas ela os fabrica no outro sentido de que ela introduziu no jogo da lei e da infração, do juiz e do infrator, do condenado e do carrasco, a realidade incorpórea da delinquência que os liga uns aos outros e, há século e meio, os pega todos juntos na mesma armadilha.⁴⁵

Na prisão, o infrator torna-se o delinquente, o objeto de um saber. Além de punir, há uma segunda função que consiste em recolher um saber sobre a vida do infrator e modificar seu comportamento, reeducá-lo.

O castigo legal se refere a um ato; a técnica punitiva a uma vida; cabe-lhe por conseguinte reconstituir o ínfimo e o pior na forma do saber; cabe-lhe modificar seus efeitos ou preencher suas lacunas, através de uma prática coercitiva. Conhecimento da biografia, e técnica da existência retreinada.⁴⁶

Concernem ao delinquente, não somente seus atos, mas também a sua “periculosidade”, isto é, ligar ao delito um perfil de seus “instintos, pulsões, tendências, temperamento” e qualificá-lo como um desvio da norma.⁴⁷ É por isto que “a delinquência deve ser especificada menos em função da lei que da norma.”⁴⁸

Foucault não sugere que a delinquência seja uma forma de resistência. Apreende-se uma posição inversa: quem resiste ao poder arrisca-se a ser identificado como delinquente. Porque se resistir é desobedecer e desertar, como recusa aos excessos de poder, resistir é também se arriscar a se desviar da norma e a ser capturado pelo princípio da delinquência, debaixo da vigilância e da minuciosidade dos regulamentos do poder disciplinar.

Foucault mostra que existe continuidade entre as instituições disciplinares, existem interações que “adestram a docilidade e fabricam a delinquência com os mesmos mecanismos”.⁴⁹ As faltas, os desvios e os delitos possuem um significado comum para a “sociedade punitiva”, são todos sancionados pela norma.

⁴⁵ SP, p.296. VP, p.241.

⁴⁶ SP, p.292. VP, p.238.

⁴⁷ SP, p.293. VP, p.239.

⁴⁸ SP, p.294. VP, p.240.

⁴⁹ SP, p.351. VP, p.284.

No curso *Os anormais* (AN), Foucault realiza a longa genealogia do “anormal” e mostra que a figura do anormal veio a se formar por três elementos: o grande monstro jurídico, o incorrigível e o pequeno onanista. Esta trajetória acabou encontrando sua unidade justamente na noção de “perigo”, isto é, o perigo que constituem para a sociedade. Ele mostra também que o acontecimento decisivo para a classificação dos indivíduos perigosos foi a convocação da psiquiatria para os pareceres nos tribunais. A ingerência da psiquiatria nos processos penais depois extrapolou de tal maneira esta função, que acabou tornando-se o saber que poderia julgar a vida de todos na sociedade. Desde a infância até a vida adulta procurou-se reconhecer o perigo que cada indivíduo poderia constituir para a sociedade, através do registro e da avaliação de sua história. As pequenas faltas de hoje podem parecer os crimes de amanhã.⁵⁰

Os modelos de resistência — como desobediência e deserção — constituem um risco, porque o recuo frente aos comportamentos “normais” pode lançar quem escolhe resistir na cadeia da delinquência.

Na declaração que Foucault faz, quando do início das atividades do *GIP* (*Group d'Information sur les Prisons*), movimento para colher informações sobre as condições nas prisões, ouve-se o próprio autor falar deste risco:

Nenhum de nós está livre da prisão. Hoje menos que nunca. A vigilância policial se intensifica sobre nossa vida de cada dia: na rua e nas estradas; com relação aos estrangeiros e aos jovens reaparece o delito de opinião; as medidas antidroga multiplicam a arbitrariedade. Estamos sob o signo de “guarda à vista”. Dizem-nos que a justiça está sobrecarregada. Isso já sabemos. Mas se foi a polícia que a sobrecarregou? Dizem-nos que as prisões estão superpovoadas. Mas se foi a população que foi superencarcerada?⁵¹

Portanto, atitudes de recusa às arbitrariedades dos mecanismos normativos e de busca de explicações ou de outras referências não se dão sem riscos: desobediência, deserção e delinquência, neste sentido, tornam-se próximas.

2.3 Resistência como resposta moral: indignação

⁵⁰ Cf. LAN, p.261-2; AN, p.240-2.

⁵¹ ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. 2.ed. Paris: Flammarion: 1991. p.237. Tradução: ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.208.

Em *VP*, pode-se selecionar alguns momentos em que Foucault se expressa abertamente com indignação acerca do desenvolvimento obscuro dos dispositivos disciplinares, sendo “dispositivo”, como já mencionado, a rede heterogênea e estratégica que dissemina o poder. Seguem-se alguns destes momentos que tratam do mecanismo panóptico.

Lentamente, no decorrer da época clássica, são construídos esses “observatórios” da multiplicidade humana para as quais a história das ciências guardou tão poucos elogios. Ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos, unida à fundação da física e da cosmologia novas, houve as pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo.⁵²

Ou, numa frase sintética: “escrúpulos infinitos de vigilância que a arquitetura transmite por mil dispositivos sem honra.”⁵³

O panoptismo é um esquema do poder utilizado para assegurar a visibilidade e o controle do maior número possível de indivíduos, com o menor custo. O princípio vem do Panóptico de Bentham, um projeto arquitetural reunindo uma construção com disposição em anel e uma torre de vigilância central. As celas periféricas são transparentes, tornando os seus ocupantes constantemente visíveis, enquanto a torre central não permite visão da sua parte interna, sendo impossível verificar a presença ou a ausência do vigilante. “Em cada cela pode ser trancado um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar [...]. A visibilidade é uma armadilha”, conclui Foucault.⁵⁴

Sobre o exame e a documentação escrita como técnicas de individualização e de normalização, escreve ele:

“A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível. Mais uma inovação da era clássica que os historiadores deixaram na sombra.”⁵⁵

⁵² *SP*, p.201. *VP*, p.165.

⁵³ *SP*, p.204. *VP*, p.167.

⁵⁴ *SP*, p.234. *VP*, p.190.

⁵⁵ *SP*, p.217. *VP*, p.177.

“O nascimento das ciências do homem? Aparentemente ele deve ser procurado nesses arquivos de pouca glória onde foi elaborado o jogo moderno das coerções sobre os corpos, os gestos, os comportamentos.”⁵⁶

E sobre as tecnologias disciplinares ao lado do desenvolvimento de outras tecnologias:

Mas temos que reconhecer: ao lado das indústrias mineiras, da química que nascia, dos métodos de contabilidade nacional, ao lado dos altos-fornos ou da máquina a vapor, o panoptismo foi pouco celebrado. [...] Que ela [esta tecnologia] tenha colhido poucos elogios, há muitas razões que explicam; a mais evidente é que os discursos a que deu lugar raramente adquiriram [...] o *status* de ciências; mas a mais real é sem dúvida a de que o poder que ela põe em funcionamento e que ela permite aumentar é um poder direto e físico que os homens exercem uns sobre os outros. Para um ponto de chegada sem glória, uma origem difícil de confessar.⁵⁷

Sobretudo, em suas considerações finais, na conclusão do livro:

[...] no próprio centro da comunidade carcerária, a formação das atenuações insidiosas, das maldades pouco confessáveis, das pequenas espertezas, dos procedimentos calculados, das técnicas, das “ciências”, enfim, que permitem a fabricação do indivíduo disciplinar.⁵⁸

Nestas passagens, como se vê, Foucault se expressa acerca dos mecanismos do poder disciplinar do panoptismo, dos procedimentos de exame e de documentação, como tecnologias que se desenvolveram ao lado de outras. Mostra que os procedimentos disciplinares foram fruto de elaboração racional, projetos, estudos, planejamento, tal como outras tecnologias, contudo não ganharam *status* científico, tampouco foram estudados pelos historiadores. Mostra ainda, que as tecnologias disciplinares do exame e da escrita formaram material para as ciências humanas, num cruzamento entre as relações de poder e as de saber.

O que Foucault afirma é que as tecnologias disciplinares estão numa área obscurecida da racionalidade, não porque não sejam acessíveis aos estudiosos, mas pelo fato de que não se pode admitir seu objetivo que é o uso do poder de uns sobre os outros.

⁵⁶ SP, p.224. VP, p.183.

⁵⁷ SP, p.261. VP, p.211-2.

⁵⁸ SP, p.360. VP, p.291.

Acerca destes procedimentos pouco honrosos do poder disciplinar e de seus objetivos silenciados, Foucault se expressa com indignação. Pouco honrosos, não merecem elogios, são obscuros, pequenos, maldosos. Resistir é também se indignar.

3. Disciplinas e resistências

A disciplina é uma modalidade de poder que se infiltra, dissemina-se, intermedia e prolonga mecanismos, “[...] permitindo conduzir os efeitos de poder até os elementos mais tênues e mais longínquos. Ela assegura uma distribuição infinitesimal das relações de poder.”⁵⁹

Se, nas relações de poder, a resistência é sempre coextensiva e contemporânea ao poder, como o autor afirma⁶⁰, onde houver efeitos de poder, haverá a possibilidade de resistência. Compreende-se assim que ela também é de distribuição infinitesimal e constitui uma força capaz de agir nos múltiplos pontos de apoio do exercício do poder. Pode-se, pois, pensar que resistir seja, antes, pequenos atos, múltiplos e repetidos, fragmentados, de ação pontual na vida cotidiana.

Assim, depois de, preliminarmente identificadas algumas pistas, no item anterior, tratar-se-á, agora, de pensar a resistência a partir dos próprios atributos do poder disciplinar. Serão então relacionados alguns ângulos que permitem descrever especificidades do poder disciplinar e, a partir deles, tentar-se-á discernir a resistência como movimento, ao mesmo tempo oposto e correlato. Para tanto, serão privilegiadas as menções a atitudes ou circunstâncias de oposição, apresentadas na forma de pares recíprocos.

3.1 Sujeito obediente e sujeito de direito

⁵⁹ SP, p.252. VP, p.204.

⁶⁰ DE II, p.267. Entrevista concedida em 1977. Tradução: FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In: _____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Angela Loureiro de Souza. Organização de Roberto Machado. 26.reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.241.

Uma das oposições mencionadas por Foucault é aquela entre o sujeito de direito e o sujeito obediente. Na França, no século XVIII, o projeto dos juristas reformadores distinguia no condenado o sujeito de direito, aquele qualificado pelos fundamentos do pacto social. Em contraste, no final deste mesmo século, com o aparecimento das prisões, as disciplinas submetem o condenado aos seus instrumentos de coerção e treinamento, levando-o a qualificar-se como sujeito obediente.

A reforma humanista da lei penal, empreendida na Europa para mitigação das penas, fundamentava-se no princípio de proporção entre o crime e a pena, e na utilidade social das penas proferidas. O criminoso era tomado como o indivíduo que rompe com a ordem e o pacto social, sendo assim a sua pena deveria representar alguma forma de reparação, para que o dano social pudesse ser apagado ou amenizado e não repetido. Foucault relata que, em 40 anos, este projeto malogrou e o aprisionamento tornou-se a única pena para todos os crimes. Não se trata de retomar a teoria dos reformadores do século XVIII para repassar a humanização das penas, trata-se de compreender que ela representou um esforço para outro tipo de pensamento e de solução para a criminalidade. Isto sugere que pode haver novos caminhos que não coincidam com os da sociedade disciplinar.

“Duas maneiras, portanto, bem distintas de reagir à infração: reconstituir o sujeito jurídico do pacto social – ou formar um sujeito de obediência dobrado à forma ao mesmo tempo geral e meticulosa de um poder qualquer.”⁶¹

Estas diferenças no modo de constituir o sujeito infrator formam uma contraposição, porque as tecnologias do poder disciplinar não se superpõem às teorias do direito, ou às escolhas morais, embora possam utilizá-las como justificações. Enquanto as disciplinas remetem às normas e, através delas, impõem regulamentos e pretensas ações de moralização nas instituições, as teorias jurídicas são embasadas nas leis. Neste sentido, as resistências podem encontrar nas teorias

⁶¹ SP, p.152. VP, p.125.

de direito, nas formulações jurídicas, um possível anteparo aos mecanismos do poder disciplinar.⁶²

3.2 Invisibilidade e visibilidade

As disciplinas utilizam como instrumentos a “vigilância hierarquizante e a sanção normalizadora”.⁶³ Sinteticamente, pode-se compreender aí os procedimentos de vigilância que tornam o indivíduo visível ao poder e o inserem em séries hierarquizadas. Da sanção normalizadora fazem parte as técnicas de exame que julgam e classificam o indivíduo segundo uma norma, para captar suas capacidades, assim obtendo o máximo da utilidade de suas forças bem como de seu tempo. São procedimentos que homogenizam e individualizam, simultaneamente.

Um dos aspectos que o autor salienta é a “invisibilidade” do poder que atua através destes mecanismos, sem uma manifestação direta de seu poderio.⁶⁴ Como encontrar a resistência a um poder invisível e integrado aos procedimentos disciplinares das instituições? Nas descrições das práticas disciplinares não se lê nenhuma referência à resistência. Mesmo os instrutores, “mestres da disciplina”⁶⁵ e “mestres da normalidade”⁶⁶ e os “profissionais da disciplina, da normalidade e da sujeição”⁶⁷, aos quais Foucault se refere com certa ironia, fazem parte deste jogo do poder. Compreende-se, por fim, que as descrições muito lúcidas de Foucault são capazes de desembrulhar os procedimentos disciplinares nas escolas, nos quartéis, nos hospitais e nas prisões. A resposta é percebida na atitude do próprio autor: dar “visibilidade” aos efeitos de poder e mostrar a arbitrariedade dos procedimentos adotados. Encontra-se a resistência em forma de visão crítica e lucidez. Esta lucidez

⁶² Pode-se lembrar que em *Qu'est-ce que la critique? (QC)*, Foucault evidencia um aspecto crítico e jurídico, na forma como o direito natural foi invocado para se pensar a oposição às leis injustas de qualquer instância de governo, no século XVI. Cf., “*A la question ‘comment n'être pas gouverné?’ il répond en disant: quelles sont les limites du droit de gouverner? Disons que là, la critique es essentiellement juridique.*”. In: FOUCAULT, Michel. *Qu'est-ce que la critique? [Critique et Aufklärung]*. Bulletin de la Société Française de Philosophie, t.LXXXIV, année 84, n.2, p.39, 1990.

⁶³ SP, p.225. VP, p.184.

⁶⁴ SP, p.220. VP, p.179.

⁶⁵ SP, p.195. VP, p.159.

⁶⁶ SP, p.264. VP, p.214.

⁶⁷ SP, p.346. VP, p.281.

crítica leva à formulação do diagnóstico e constitui uma etapa fundamental da resistência.

Numa dinâmica inversa, pensa-se na “visibilidade” do indivíduo inserido nos esquemas do panoptismo, sob os aspectos da vigilância, do controle e do exame. O poder é indiscreto e busca alcançar, vigiar e controlar o indivíduo em toda a sua existência, até nos seus momentos mais íntimos, sendo esta uma dimensão primordial da sua atuação. A “invisibilidade”, quando aplicada ao indivíduo, em contraparte, conduzirá a um modelo de resistência: ocultar-se do olho do poder. A discrição pode levar o indivíduo a encontrar planos ou vertentes despercebidos do poder. Constitui uma resposta estratégica que implica em não ostentar e não se desnudar aos olhares dos controles. Da mesma maneira, o silêncio se torna uma estratégia: o que dizer e o que silenciar é uma escolha de cada um, desde que Foucault faz compreender que ninguém deve ser forçado a confessar sua intimidade. A discrição e o silêncio são atitudes resistentes e estratégicas para passar invisível ao poder.

3.3 Individualidade calculável e singularidade memorável

As práticas disciplinares são procedimentos que visam individualizar e adestrar o indivíduo. Por individualização pode-se compreender a apreensão do indivíduo, de seu corpo, sua alma e sua história. Este procedimento é exemplificado quando o autor menciona as práticas prisionais a partir do século XVII, como na passagem transcrita abaixo.

A individualização aparece como o objetivo derradeiro de um código bem adaptado. [...] Mas o que começa a se esboçar agora é uma modulação que se refere ao próprio infrator, à sua natureza, a seu modo de vida e de pensar, a seu passado, à “qualidade” e não mais à intenção de sua vontade.⁶⁸

De posse de informações sobre o indivíduo e da construção de um registro histórico ultima-se por avaliar sua vida e situá-lo em uma escala de probabilidades e

⁶⁸ SP, p.117-8. VP, p.95.

em níveis de fama ou infâmia. A partir destes procedimentos de individualização se obtém um saber sobre o indivíduo, que pode favorecer os efeitos de poder.

Por adestramento entendem-se as práticas coercitivas que investem sobre o corpo, como formas de controle visando à “docilidade automática”.⁶⁹ Estes procedimentos de individualização e adestramento levam Foucault a refletir que “[...] o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos.”⁷⁰

Foucault anuncia que “as disciplinas marcam o momento em que se efetua o que se poderia chamar a troca do eixo político da individualização”.⁷¹ Nas sociedades do regime feudal, por exemplo, a individualização é “ascendente”, destacando o homem memorável e detentor de privilégios e poder, de nome de família, assim os relatos e monumentos imortalizam suas proezas e seu poderio. Num regime disciplinar, a individualização é “descendente”, marca o homem calculável através da “fiscalização” e das “observações”, e os pontos de referência não são suas proezas, mas seus “desvios”.⁷² Foucault diz:

[...] quando se quer individualizar o adulto são, normal e legalista, agora é sempre perguntando-lhe o que ainda há nele de criança, que loucura secreta o habita, que crime fundamental ele quis cometer. [...] O momento em que passamos de mecanismos histórico-rituais de formação da individualidade a mecanismos científico-disciplinares, em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida o lugar do status, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável, esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo.⁷³

Analisando as passagens acima, pode-se propor que a individualização foi abordada por Foucault em dois sentidos. No primeiro, individualizar quer dizer apreender os indivíduos isoladamente, mirar sobre eles, cercá-los um a um, incidir individualmente para vigiar e adestrar. E resistir a esta individualização passa pela questão da visibilidade dos indivíduos, criticada por Foucault, e do diagnóstico das práticas disciplinares, proposto por ele, como foi mencionado no item anterior.

⁶⁹ SP, p.198. VP, p.162.

⁷⁰ SP, p.253. VP, p.205.

⁷¹ SP, p.225-6. VP, p.184.

⁷² SP, p.226. VP, p.184.

⁷³ SP, p.226. VP, p.184-5.

Num segundo sentido, a individualização parece se referir à constituição do sujeito. Individualizar é também construir uma história do indivíduo: tanto de seu passado, quanto de seu futuro, para dizer a cada um quem ele é e quem deve ser. Recolher informações da história da vida resulta em um saber individual que o classifica e remete a categorias já estabelecidas. Esta individualização “descendente”, conforme afirma Foucault, também faz uso de saberes para encaixar cada perfil individual em tipologias de normalidade, procurando modelar o indivíduo, conduzindo-o a determinados papéis e identidades pré-estabelecidas. Constitui-se, assim, a individualidade calculada.

Um exemplo desta individualização é dado por Foucault no curso *Os anormais*, quando discorre sobre o papel da psiquiatria, a partir de 1850:

Para que uma conduta entre no domínio da psiquiatria, para que ela seja psiquiatrizável, bastará que seja portadora de um vestígio qualquer de infantilidade. Com isso, serão submetidas de pleno direito à inspeção psiquiátrica todas as condutas das crianças, pelo menos na medida em que são capazes de fixar, de bloquear, de deter a conduta do adulto, e se reproduzir nela. E, inversamente, serão psiquiatrizáveis todas as condutas do adulto, na medida em que podem, de uma maneira ou de outra, na forma da semelhança, da analogia ou da relação causal, ser rebatidas sobre e transportadas para as condutas da criança.⁷⁴

Foucault mostra que a psiquiatria conseguiu generalizar-se no espaço social estabelecendo-se como o saber capaz de analisar os comportamentos e discriminar o normal do anormal. Utilizando como filtro a infantilidade das condutas, ou o que seria a desconformidade de desenvolvimento, a psiquiatria veio a “se apropriar da totalidade do adulto”.⁷⁵ Os indivíduos são classificados como normais ou portadores de anomalias e tornam-se o “objeto geral da psiquiatria”.⁷⁶ Percebe-se a individualização através do policiamento médico das condutas durante toda a vida e também através da constituição de condutas válidas ou normais. Observa-se aí como se aciona uma individualização integral da história de vida e dos comportamentos calculados.

Como mobilizar a inércia em que são apreendidos os indivíduos na normalização calculada das condutas? Como conceber resistir? Para resistir é

⁷⁴ LAN, p.287-8; AN, p.267.

⁷⁵ LAN, p.287; AN, p.266.

⁷⁶ LAN, p.290; AN, p.269.

preciso lembrar a história memorável de cada vida. Resistir significaria sublevar-se em sua singularidade, demarcar o que toda singularidade possui de incalculável e de memorável, para além dos princípios caprichosos da normalização.

Como exemplo deste modelo de resistência pode-se percorrer o que Fonseca escreveu sobre o memorial de Pierre Rivière, em busca de uma perspectiva de resistência à norma, nos escritos de Foucault.⁷⁷ Pierre Rivière é, talvez, uma das histórias “menores” que mais chamou atenção de Foucault, porque ele dedicou dois seminários no *Collège de France* ao estudo do dossiê judiciário desse caso, ao pesquisar sobre as relações entre a psiquiatria e a justiça penal (1972 e 1973). Os estudos reúnem a história do humilde agricultor, habitante da província na Normandia, condenado em 1836 por triplo assassinato: matou a mãe e dois irmãos mais novos a golpes de foice. O dossiê judiciário era bastante detalhado e continha relatórios psiquiátricos de nomes importantes da época, várias peças jurídicas e, o mais importante, incluía um “memorial” escrito pelo próprio acusado, durante sua prisão preventiva, no qual relatava os detalhes e as explicações sobre seu crime. No dossiê, Foucault observa os confrontos e os jogos entre os discursos jurídico e médico que atuam como instrumentos de poder e de saber, ao se referirem ao crime. Fonseca diz:

Em torno do crime cometido e dos procedimentos de pesquisa pela “verdade” acerca de tal crime, as instâncias judiciárias e médicas se mesclaram nas considerações sobre a pessoa de Pierre Rivière e sobre o caráter do seu ato. Rivière e seu ato foram exaustivamente “avaliados” pelos parâmetros da lei e pelos critérios da norma.⁷⁸

A partir do saber judiciário, Pierre Rivière é um “tipo penal”, objeto de denúncia e de processo judiciário. E nas avaliações psiquiátricas, feitas a partir de sua história desde a infância, de seu comportamento e maneira de ser e de sua aparência física, ele acabará sendo implicado como o “anormal” que deve ser isolado.

Contudo, é no Memorial redigido por Rivière que se encontra toda a dimensão do seu drama. “Ao reconstituir a memória de seu crime, Pierre Rivière faz aparecer,

⁷⁷ FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e o direito*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p.299-314.

⁷⁸ FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e o direito*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p.305-6.

em toda sua nudez, o aspecto trágico de tudo aquilo que o seu caso revela”.⁷⁹ Em seu Memorial, ele narra sua vida e a história de sua família, fala de seu próprio caráter singular e como concebeu o crime e, também, seus motivos.

As instâncias da lei e da norma estão presentes no dossiê Rivière, através das avaliações jurídicas e médicas – que esquadrinharam toda a sua vida. O Memorial, todavia, dá-se em outro estatuto – aquele do relato de si mesmo. Fonseca afirma:

[...] o relato que Pierre Rivière faz de si mesmo e dos seus atos consegue ter um lugar próprio. Ao menos em parte, esse relato tem uma forma e produz efeitos que não podem ser reduzidos ao jogo entre lei e norma. Ele “tangencia” esse jogo, mas não se confunde inteiramente com ele. Ao contar sua “versão” da própria história e do próprio crime, Rivière não permite que sua vida e seu ato sejam reduzidos às apropriações da lei nem sejam submetidos inteiramente às distribuições da norma. O jogo da lei e da norma não consegue dar conta de explicar o ato de Rivière. O relato que faz de si mesmo confunde este jogo. Neste sentido, o Memorial escrito por Pierre Rivière desempenha um papel de resistência e de oposição no interior do jogo entre as estruturas da lei e os mecanismos da normalização.⁸⁰

Este exemplo evidencia um modelo de resistência concebido como a narrativa de si mesmo e a capacidade de falar a partir de um lugar próprio, diferente daquele dos discursos normativos. A resistência se dá como a sublevação da singularidade memorável.

3.4 Ordem e desordem

Ao descrever a disciplina, Foucault discorre sobre como ela também leva em conta a multiplicidade de indivíduos.

Ela deve também dominar todas as forças que se formam a partir da própria constituição de uma multiplicidade organizada; deve neutralizar os efeitos de contrapoder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-la: agitações, revoltas,

⁷⁹ FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e o direito*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p.307.

⁸⁰ FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e o direito*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p.310-1.

organizações espontâneas, conluios – tudo o que pode se originar das conjunções horizontais.⁸¹

Desta maneira, a disciplina organiza separações verticais, que impõem obstáculos e barreiras e distribuem as multiplicidades, ou aplica métodos de conjunto que as conduzem de forma eficaz para sua utilidade.

Nestas descrições nota-se a resistência que se manifesta por grupos de indivíduos, que se formam de maneira espontânea, quando colocados lado a lado, em uma mesma circunstância. Existe, portanto, além da resistência da singularidade, uma resistência da multiplicidade mais ou menos organizada, de grupos que se formam horizontalmente e opõem-se ao que os separa.

Ao descrever os dispositivos disciplinares da quarentena da peste, um dos aspectos relevantes para Foucault é a instauração de uma ordem rigorosa em reação ao temor real e imaginário que esta doença representava. O medo do contágio provocado pela proximidade dos corpos é combatido pela organização disciplinar que prescreve a cada um seu lugar, que desfaz confusões e estabelece a ordem. A desordem, no imaginário da época recebe a metáfora da “festa”, na qual os corpos se misturam, as máscaras são retiradas e as leis são desobedecidas. A ordem disciplinar responde ao medo dos “contágios”, diz Foucault, “da peste, das revoltas, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem em desordem.”⁸²

A ordem é um elemento instaurador das disciplinas, em *Os anormais*, Foucault mostra como os comportamentos que divergem das regras disciplinares vieram a se inscrever como comportamentos a serem corrigidos. Pode-se ler na passagem a seguir:

Daí em frente, o funcionamento sintomatológico de uma conduta, o que vai permitir que um elemento de conduta, uma forma de conduta, figure como sintoma de uma doença possível, vai ser, por um lado, a discrepância que essa conduta tem em relação às regras de ordem, de conformidade, definidas seja sobre um fundo de regularidade administrativa, seja sobre um fundo de obrigações familiares, seja sobre um fundo de normatividade política e social.⁸³

⁸¹ SP, p.255. VP, p.207.

⁸² SP, p.230-1. VP, p.188.

⁸³ LAN, p.147; AN, p.136.

Resistir no plano da “ordem”, portanto, pode ser desejar a “desordem”, não como um confronto, mas lançando sobre a realidade outro olhar e percebendo uma desordem possível, através de organizações mais flexíveis e espontâneas.

Nas penúltimas páginas de *VP*, Foucault descreve o exemplo do pequeno Béasse, uma criança de 13 anos que aparece no noticiário policial, por ter sido condenada a dois anos de correção por vadiagem. Esta notícia chamou a atenção do jornalista do *La Phalange*, como um caso emblemático das condenações no século XIX a ser analisado.

Foucault retoma uma síntese publicada na *Gazette des tribunaux* [1840], transcrita abaixo.⁸⁴

O Presidente – Deve-se dormir em casa. [*On doit dormir chez soi.*]

Béasse – Eu tenho um em casa? [*Est-ce que j'ai un chez soi?*] – O senhor vive em perpétua vagabundagem. – Eu trabalho para ganhar a vida. – Qual é sua profissão? – Minha profissão? Em primeiro lugar, tenho trinta e seis; mas não trabalho para ninguém. Já faz algum tempo, estou por minha conta. Tenho minhas ocupações de dia e de noite. Assim, por exemplo, de dia distribuo impressos grátis a todos os passantes; corro atrás das diligências que chegam para carregar os pacotes: dou o meu *show* na avenida de Neuilly; de noite, são os espetáculos; vou abrir as portas, vendo senhas de saída; sou muito ocupado. – Seria melhor estar colocado numa boa casa e lá fazer seu aprendizado. – Ah, é sim, uma boa casa, um aprendizado, é chato. Mas esses burgueses resmungam sempre e eu fico sem a minha liberdade. – Seu pai não o chama? – Não tenho mais pai. – E sua mãe? – Também não, nem parentes, nem amigos, livre e independente.

Ouvindo sua condenação a dois anos de correção, Béasse faz uma careta feia, depois, recobrando o bom humor: “dois anos nunca duram mais que vinte e quatro meses. Vamos embora, vamos indo”.

Foucault reconhece neste exemplo as coerções disciplinares: é preciso ter domicílio, estar fixado; é preciso ter uma profissão, uma identidade reconhecível, uma individualidade fixada; é preciso ter um patrão, estar inserido em uma hierarquia. Ele também mostra a ruptura e a condenação pela indisciplina, mais do que pelo código. Mostra o desequilíbrio de poder entre o juiz e o condenado, aparente até mesmo pela diferença de linguagem entre eles, a linguagem irônica e solene de um e a insolente e incorreta de outro.

⁸⁴ *SP*, p.340-1. *VP*, p.276.

Contudo, Foucault reconhece mais na indisciplina de Béasse: reconhece a “liberdade nata e imediata”⁸⁵ e o discurso que se opõe às coerções, valorizando a “ordem desordenada da sociedade” e a “afirmação dos direitos irredutíveis”.⁸⁶ As ilegalidades codificadas como infrações, o condenado reformula como “forças vivas” em: “vadiagem”, “autonomia”, “liberdade” e plenitude de seu horário.⁸⁷ Este é um exemplo pontual de resistência que responde ao poder através de suas forças irredutíveis e a partir da “desordem”, ou das discrepâncias com a ordem.

4. Relação entre poder e saber: como resistir?

Como já foi comentado, Foucault adverte que é preciso renunciar à crença de um saber desinteressado ou de um poder não-racional e reconhecer que poder e saber são indissociáveis. A escolha dos objetos a conhecer, o papel do sujeito que conhece e as modalidades de conhecimento reconhecidas como válidas nascem das próprias táticas do poder. E, inversamente, o conhecimento formado pelos saberes tem efeitos de poder. O poder produz campos de saber e os saberes são constituídos por relações de poder.

Os processos disciplinares, a partir do século XVIII, “atingem o nível a partir do qual formação de saber e majoração de poder se reforçam regularmente segundo um processo circular.”⁸⁸ Nos hospitais, escolas e nas oficinas, por exemplo, os mecanismos de objetivação e os instrumentos de sujeição tornaram possíveis “a medicina clínica, a psiquiatria, a psicologia da criança, a psicopedagogia, a racionalização do trabalho.”⁸⁹ Entende-se os laços potencializadores entre poder e saber, um processo duplo e recíproco de “arrancada epistemológica a partir do afinamento das relações de poder” e de “multiplicação dos efeitos de poder graças à formação e à acumulação de novos conhecimentos.”⁹⁰

⁸⁵ SP, p.341-2. VP, p.277.

⁸⁶ SP, p.340. VP, p.275.

⁸⁷ SP, p.340. VP, p.275.

⁸⁸ SP, p.260. VP, p.211.

⁸⁹ SP, p.261. VP, p.211.

⁹⁰ SP, p.261. VP, p.211.

Nas instituições, o poder disciplinar apresenta além dos aspectos econômico, político e jurídico, um aspecto epistemológico, ou seja, produz saberes. Esta produção de saberes é dupla: eles são extraídos *dos* indivíduos e elaborados *sobre* os indivíduos, como explica Muchail:

Um exemplo de saber extraído *dos* indivíduos ocorre em instituições como fábricas, onde o saber do operário a respeito de seu próprio trabalho, nascido de sua prática, e constantemente submetido à vigilância e ao registro, fornece elementos para gerar saber acerca da produção. Por sua vez, saberes *sobre* o indivíduo nascem das observações, das classificações, das anotações a respeito do doente, do criminoso, da criança, etc.⁹¹

Considerando outro exemplo da produção de saberes nas instituições disciplinares, a técnica do exame, compreendida como investigações disciplinares sobre o indivíduo, reuniu conhecimentos que estão na origem das ciências do homem. E foi incorporada, por exemplo, a ciências como a psiquiatria e a psicologia, sob a forma de “testes, entrevistas, interrogatórios, consultas”.⁹²

Se a resistência se coloca também em relação aos saberes e seus efeitos de verdade, como ela funciona neste âmbito?

Primeiramente, a análise dos laços entre poder e saber constitui uma tática para questionamento dos saberes científicos. Esta tática de resistência poderia levar tanto à liberação de saberes quanto ao aparecimento de outros saberes. A análise genealógica sobre o eixo poder-saber empreendida por Foucault em *VP* é um exemplo desta tática, tal como foi descrita por ele mesmo, no curso no *Collège de France* de 1976, na passagem a seguir:

A genealogia seria, portanto, [...], um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder [...]⁹³

⁹¹ MUCHAIL, Salma Tannus. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. In: *Foucault, simplesmente*. São Paulo: Loyola, 2004. p.68-9.

⁹² *SP*, p.263. *VP*, p.212.

⁹³ *DE II*, p.167. Tradução: FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. Aula de 07 de janeiro de 1976, do curso ministrado no Collège de France. In: _____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Angela Loureiro de Souza e Roberto Machado. Organização de Roberto Machado. 26.reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.172.

Neste curso, *Em defesa da sociedade (DS)*, ele explica que os saberes históricos a que ele se refere são conhecimentos eruditos que foram “sepultados” ou “mascarados” por “organizações sistemáticas” de teorias totalitárias e globais. Este fato demonstra a existência de enfrentamentos e de lutas nos processos de “sistematizações formais”.⁹⁴ O outro tipo de saber sujeito é composto pelos saberes locais ou saberes das pessoas, que foram desqualificados por serem considerados abaixo do nível científico. São saberes que provêm do psiquiatrizado, do doente, do enfermeiro, por exemplo, são particulares e não possuem elaboração conceitual considerada adequada. Pois bem, a genealogia tenta resgatar estes dois tipos de conhecimento, o que “permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais.”⁹⁵ Portanto, a resistência intervém no âmbito dos saberes como lutas a serem empreendidas contra teorias que pretendem ser unitárias e globais em nome da ciência. Estas teorias centralizadoras se arrogam efeitos de poder, os quais devem ser combatidos. Atente-se para uma passagem esclarecedora:

Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. [...] É exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate.⁹⁶

Como segundo ponto de resistência, em *VP*, Foucault parece propor que o limiar de aceitação das veridicções formuladas pelos saberes deve ser elevado. É preciso questionar o conhecimento acumulado através da objetivação e da subjetivação que foram possíveis a partir dos mecanismos disciplinares e que, principalmente, impõem uma individualidade que quer parecer científica, natural e legítima, sendo, desde o princípio, arbitrária, normativa e temporária. A partir deste pensamento, a resistência teria uma função de ceticismo crítico em relação às individualidades propostas e delineadas pelos saberes do homem, nos jogos teóricos ou científicos. É preciso desacreditar do que dizem sobre o indivíduo. Resistir é desiludir-se.

⁹⁴ FOUCAULT, Michel. *“Il faut défendre la société”*. Cours au Collège de France. Paris: Gallimard et Seuil, 1997. p.8. Tradução: *Em defesa da sociedade*. Curso ministrado no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.11.

⁹⁵ *IDS*, p.10. *DS*, p.13.

⁹⁶ *IDS*, p.10. *DS*, p.14.

Novamente, no curso *Em defesa da sociedade*, ouve-se Foucault dizer:

Não se deve, acho eu, conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e muda na qual viria bater o poder, que submeteria os indivíduos ou os quebrantaria. Na realidade, o que faz que um corpo, gestos, discursos, desejos sejam identificados e constituídos como indivíduos, é precisamente isso um dos efeitos primeiros do poder. Quer dizer, o indivíduo não é o *vis-à-vis* do poder; é, acho eu, um de seus efeitos primeiros. O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que o constituiu.⁹⁷

O vínculo entre poder e saber produz estes processos de constituição dos indivíduos, como nos explica Fonseca:

O estudo detalhado das relações de poder que Foucault empreende de maneira especial em alguns de seus trabalhos nada mais é do que um tratamento, pode-se dizer que indireto, dos processos que incidem sobre o indivíduo: dos modos de objetivação que o produzem para que seja objeto dócil-e-útil e da subjetivação que o produz para que se torne sujeito preso a uma identidade determinada.⁹⁸

É importante lembrar que as relações de poder alcançam o indivíduo nas diversas instituições sociais e na família, e fazem circular discursos, pensamentos, gestos e ideias que são retirados de saberes com pretensões de verdade, com efeitos de verdade. Assim, como já foi sugerido, se é no infinitesimal que a resistência opera, é na vida cotidiana que o indivíduo resiste: tendo cuidado com o que ouve, com o que pensa, com o que faz, com o que fala, com o que transmite.

É possível pensar que a resistência também pode constituir o indivíduo. Se a constituição do indivíduo se dá no nível das relações de forças, ela se dará por verdades e por contraverdades, pelo que é afirmado e pelo que é recusado, pelo poder e pela resistência.

5. Reflexões gerais sobre resistência em *Vigiar e punir*

⁹⁷ IDS, p.27. DS, p.35.

⁹⁸ FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. 2.ed. São Paulo: EDUC, 2011. p.29-30.

Certamente, Foucault não escreveu *Vigiar e punir* para enaltecer o sistema prisional ou para homenagear as ciências humanas ou, ainda, para prescrever as disciplinas. Ele fez bem o contrário, sem mencionar o termo resistência, mas sugerindo-a, muitas vezes, na minuciosidade dos seus relatos. Pode-se dizer que Foucault dirigiu seu olhar para as práticas do poder, enquanto ocupava o ponto de vista das resistências.

Após a seleção e a análise de várias passagens em *Vigiar e punir* admite-se construir algumas considerações sobre a resistência. O livro é um estudo das prisões e do poder disciplinar e privilegia o relato das práticas e dos dispositivos estratégicos do poder. Ler *VP* é como mergulhar em uma descrição extensa e fria de cenas e fatos, as páginas se tornam penosas, contudo, emerge-se delas alertas e reanimados.

Numa visão mais geral sobre o livro, a resistência poderia ser designada como atitude política. Se o poder e as práticas disciplinares são definidas por Foucault como uma “tecnologia política do corpo”⁹⁹ ou uma “anatomia política”¹⁰⁰, as resistências que emergem em relação a este poder, podem também ser definidas por este caráter político, no sentido amplo em que Foucault o emprega, como campo de relações humanas. Neste contexto, “luta” talvez seja a palavra que melhor define a resistência. Ao descrever situações de oposição ao poder, é esta a palavra a que Foucault quase sempre se remete. Como já foi dito, no início do livro ele a menciona, e também a explicita em uma entrevista em 1977:

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. Em toda parte se está em luta [...]¹⁰¹

Ainda numa visão mais geral, pode-se dizer que a compreensão da resistência em *VP* dá-se em relação a duas instâncias: ao poder disciplinar e aos

⁹⁹ *SP*, p.34. *VP*, p.29.

¹⁰⁰ *SP*, p.37. *VP*, p.31.

¹⁰¹ *DE II*, Paris: Quarto Gallimard, 2008, p.407. Tradução brasileira está em *Ditos e Escritos IV, Estratégia, poder-saber*, tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro, 2.ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p.232. (Poder e Saber).

saberes. Observando as situações que marcam ou sugerem oposição ao poder, pode-se reunir esclarecimentos sobre o seu significado e funcionamento, na forma de modelos ou atitudes de resistência.

Em relação ao poder disciplinar, o corpo é a sede da primeira resistência, como a reação espontânea e irreduzível do indivíduo a pontos não negociáveis, vista no exemplo do jovem Béasse, acima referido. A resistência se manifesta também através do corpo corajoso que expressa a coragem física, oposto ao corpo dócil e útil. A resistência é assim compreendida como esta potência do corpo, mantida em si mesma como fim, em oposição à obediência a outros fins. Aspecto que se mostra ainda quando o indivíduo tem a percepção sobre a posse do seu próprio tempo de existência e percebe as demarcações de tempo como arbitrárias.

Encontra-se a expressão das resistências em atitudes: desobedecer às ordens recebidas, desertar do sonho disciplinar para a sociedade e participar da suposta desordem em outras formas de organização social, às vezes reunindo grupos de indivíduos que estão nas mesmas circunstâncias. São ações de recusa às normas disciplinares, provocadas pela irresignação frente ao excesso de poder, são as resistências que se colocam em risco.

Silenciar ou falar, ambos concernem a atitudes de resistência. A discrição ou a sublevação: duas estratégias de resistência inseridas nos contextos disciplinares do panoptismo e da normalização. Silenciar é procurar planos despercebidos do olho do poder, procurar ser invisível abre espaços de resistência. A estratégia oposta é a sublevação individual, é se manifestar no interior dos discursos normalizadores e fazer as relações de poder estalarem, provocando a visibilidade desejável.

Há um afeto que impulsiona a resistência, em *VP* aparece como a indignação. Foucault se expressa com indignação em relação às tecnologias disciplinares e aos saberes do homem, que calculam, manipulam e produzem individualidades definidas. Em seu livro sobre o pensamento de Foucault, Guillaume le Blanc, também menciona este afeto.¹⁰² Ao escrever sobre a atuação de Foucault no *Groupe d'Information sur les Prisons* (GIP), no qual intelectuais se reuniram para coletar informações sobre as condições nas prisões francesas e publicaram um manifesto em 1971, Le Blanc diz que Foucault expressou um “afeto de protesto”, de

¹⁰² LE BLANC, Guillaume. *La pensée Foucault*. Paris: Elipses, 2006.

maneira inequívoca: “*Je perçois l’intolérable*”. Desta maneira, reuniu o trabalho do intelectual a uma atitude ética, ao mostrar, pela indignação, pela menção ao intolerável, o mal que há nas disciplinas. Esta intervenção do intelectual, afirma Le Blanc, abre meios àqueles que são submetidos às disciplinas para empreender ações de resistência.¹⁰³

Foucault mostra que a função de resistência do intelectual também se dá através do diagnóstico da realidade, neste caso, tornando visíveis os mecanismos do poder nas instituições disciplinares. A atividade diagnosticadora do intelectual convoca ao aumento da visão crítica dos indivíduos, etapa fundamental e desencadeadora das práticas de resistência.

Considerando os saberes, a resistência se coloca novamente no próprio trabalho do autor, da qual é um exemplo. A genealogia das relações entre poder e saber é uma tática de resistência que produz a liberação das lutas no interior dos saberes. E o questionamento das veridicções produzidas pelos saberes leva a uma crítica às individualidades impostas e uma aposta no “desassujeitamento” dos indivíduos.

De fato, em *VP* Foucault menciona poucas vezes a palavra resistência, em passagens dispersas e sem contorno definido. É no livro *A Vontade de saber*, publicado um ano depois de *VP*, que ele formulará melhor a questão.

¹⁰³ Reproduzimos o excerto: “*Le mot d’ordre du Groupe d’Information sur les Prisons répond à cette volonté de savoir: ‘Nous voudrions littéralement donner la parole aux détenus’. L’intellectuel spécifique ne fait que porter au grand jour la parole des détenus. Ce qui légitime son action médiatrice, d’être nécessairement situé dans le champ scolaire extérieur à la discipline carcérale au service cependant de ceux qui sont dans les disciplines, ce n’est rien d’autre qu’un affect de protestation formulé de la façon la moins équivoque: “Je perçois l’intolérable”. L’attitude qui engendre le travail intellectuel est d’ordre éthique: il y a du mal dans la discipline, ce que Foucault nomme de ‘l’intolérable’, ce négatif non négociable. Le mal produit par la discipline suscite un affect de protestation (‘je perçois’) qui, littéralement, légitime l’intervention spécifique de l’intellectuel qui entend donner les moyens, à ceux qui sont soumis à la discipline, d’une action dans la discipline en direction de la discipline*”. LE BLANC, Guillaume. *La pensée Foucault*. Paris: Elipses, 2006. p.30-1.

CAPÍTULO II — UMA LEITURA DE *A VONTADE DE SABER*

Considerações iniciais

A vontade de saber (VS) [1976] é o primeiro volume acerca dos discursos sobre a sexualidade.¹⁰⁴ Conforme o autor explica, trata-se de uma introdução e uma aproximação inicial ao tema, que ele pretende desenvolver em mais volumes. Neste livro, Foucault estabelece algumas hipóteses acerca da formação dos saberes sobre a sexualidade e discorre sobre o enfoque do tema, o método, o domínio e a periodização a serem utilizados.

O livro sustenta que, a partir do século XVIII, ao contrário de uma história de repressão da sexualidade, houve uma verdadeira incitação aos discursos sobre o sexo. Esta incitação tem origem nas práticas de confissão cristã, no século XVI, e avança no tempo intensificando-se e deslocando-se para se tornar um dispositivo de poder, ligando a verdade sobre o sexo à verdade do sujeito. O dispositivo da sexualidade passa a se justificar e a se constituir pelos saberes e discursos sobre o sexo, que se desenvolvem a partir dos séculos XVIII-XIX. Foucault interpreta a chegada da liberação do sexo, no século XX, como uma disseminação deste dispositivo, tomando este domínio como ponto de articulação do poder. Na verdade, VS não é um livro sobre a sexualidade, mas é a história da formulação dos saberes sobre a sexualidade, “a vontade de saber”, e as correlatas estratégias de poder.

O presente trabalho ater-se-á, em especial, ao capítulo IV do livro, no qual Foucault fala de seu método e concede uma explicação mais direta e detalhada acerca do poder e da resistência, e ao capítulo V, que oferece uma introdução ao tema do biopoder.

Como na leitura de *VP*, também aqui, é importante considerar as proposições do autor sobre o poder, para depois alcançar refletir sobre a resistência, pela

¹⁰⁴ FOUCAULT, Michel. *La volonté de savoir: Histoire de la sexualité* 1. Collection Tel. Paris: Gallimard: 2011. Tradução brasileira: FOUCAULT, Michel. *A Vontade de Saber: História da sexualidade* I. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. RJ: Graal, 1988.

implicação recíproca entre ambos. Foucault volta a enfatizar a concepção de poder em termos relacionais, trata das relações entre poder e saber e dos dispositivos, contudo os livros têm abordagens distintas. Em *VP*, ele investiga o poder disciplinar, em *VS* ele prosseguirá os estudos sobre o poder apontando uma nova face dos seus dispositivos: o poder sobre a vida. *VP* é abrangente e metódico, *VS* será quase didático na forma de apresentar o seu método, a demarcação cronológica e o escopo dos estudos. Se em *VP* ele descreve as práticas do poder, em *VS* irá tratar dos discursos. Enquanto em *VP* as assinalações da resistência são sugeridas pelas contraposições de forças mencionadas no texto, em *VS* ele discorrerá diretamente sobre os tipos de resistência. Para compreender a questão da resistência em *VP* deve-se vasculhar o texto à procura de pistas, em *VS*, ao contrário, será preciso seguir rigorosamente o que é dito.

O primeiro item deste capítulo acompanha as descrições dos modelos de poder propostos por Foucault na sua analítica do poder e identifica a transição histórica do modelo jurídico-discursivo para o modelo estratégico. Os itens 2.1, 2.2 e 2.3 pretendem explicitar a hipótese da presença de três tipos de resistências em *VS*: como chave de interpretação do polo de oposição nas relações de poder; como instrumento auxiliar para a analítica dos discursos; e como possibilidade de transposição dos dispositivos estratégicos. O terceiro item traz a reflexão sobre a inserção da resistência no tema emergente do biopolítica. Encerra-se o capítulo com reflexões gerais.

1. Modelos de poder

1.1 Modelo jurídico-discursivo

Foucault enfatiza que “a história dos últimos séculos nas sociedades ocidentais não mostrava a atuação de um poder essencialmente repressivo” e, mesmo em se tratando do sexo, o poder não funcionava como repressor.¹⁰⁵ Os

¹⁰⁵ *LVS*, p.107. *VS*, p.91.

psiquiatras já haviam percebido isto — lembra Foucault — ou seja, que a ligação entre poder e desejo é mais complexa que a ordem de um obstáculo, porque não parece haver uma exterioridade entre poder e desejo, eles constituem-se e instauram-se num campo de correlação.¹⁰⁶

Ele explica que não pretende fazer uma “teoria do poder”, mas realizar uma “análise do poder”, que consiste em considerar o domínio específico das “relações de poder” e “os instrumentos que permitem analisá-lo.”¹⁰⁷, focalizando, na verdade, o funcionamento do poder e não abstrações teóricas. Inicialmente, propõe que se abandone a representação vigente de poder, que ele chama de “jurídico-discursiva”, esta estaria ligada às concepções habituais do poder como repressão e como lei.

A concepção jurídico-discursiva do poder é caracterizada em cinco traços: coloca-se como uma “relação negativa” que impõe limites; encontra-se na “instância da regra”, enunciando leis que apontam o “lícito e ilícito, permitido e proibido”; leva a um “ciclo de interdição”, funcionando apenas pela proibição; possui a “lógica da censura”; e “unidade do dispositivo”, ou seja, em todos os níveis, do Estado à família, o poder se exerceria da mesma maneira, sob a forma jurídica (do lícito e ilícito, transgressão e castigo), com efeitos de submissão e obediência.¹⁰⁸

Ora, esta concepção de poder é “definida de maneira estranhamente limitada”, afirma ele.¹⁰⁹ Porque representa o poder como modo de ação apenas negativo, repetitivo, sem recursos, estabelecido sobre a enunciação da lei e da interdição e toda submissão se daria pela obediência.

Foucault pergunta então: “por que se aceita tão facilmente essa concepção jurídica do poder?”.¹¹⁰ E aqui se percebe o ponto de vista que adota em suas análises. O que Foucault tem em mira, não é apenas o conteúdo desta concepção de poder, que é claramente reduzido, mas é compreender *porque* este é o discurso aceito e vigente, mesmo numa sociedade como a nossa, diz ele, em que os recursos do poder são tão visíveis e numerosos.

¹⁰⁶ LVS, p.107. VS p.91. É interessante compreender, a partir desta afirmação, que para Foucault a resistência não é primariamente uma questão do desejo, embora se trate dele.

¹⁰⁷ LVS, p.109. VS, p.92.

¹⁰⁸ LVS, p.110-2. VS, p.93-5.

¹⁰⁹ LVS, p.112. VS, p.95.

¹¹⁰ LVS, p.113. VS, p.96.

Existiria uma razão tática e outra histórica. A razão tática seria que, para ser aceito e tolerado, o poder precisa manter seus mecanismos de funcionamento em segredo. É preciso que aqueles a quem o poder sujeita o vejam apenas como um limite imposto à sua liberdade. A razão histórica é decorrente de que as monarquias ocidentais, desde a Idade Média, foram pensadas através das teorias do direito, em termos de lei e ordem, para obter a obediência e a paz. Tal era a forma do poder funcionar, através de mecanismos do direito, o que não deixava de ser também uma tática de aceitação e de recobrimento das suas manobras. Com a expansão da monarquia e de suas instituições, o poder passou a ser pensado e percebido a partir da forma da lei. Embora os tempos tenham mudado, a representação do poder persistiu ligada à monarquia jurídica e se permaneceu presos a ela.

A partir do século XVIII, novos mecanismos passaram a penetrar a sociedade e o modelo jurídico do poder é insuficiente para representar esta nova forma de poder, como Foucault esclarece nesta passagem:

[...] ele [o poder jurídico] é absolutamente heterogêneo com relação aos novos procedimentos de poder que funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos.¹¹¹

É necessário construir a analítica do poder formando outra “chave de interpretação histórica, avançar pouco a pouco em direção a outra concepção do poder.”¹¹² É o que Foucault propõe.

1.2 Modelo estratégico

Em *A vontade de saber*, sob o item designado “Método”, Foucault faz uma exposição detalhada sobre a sua concepção de poder e aí aborda a resistência. Propõe outro princípio de inteligibilidade para analisá-lo, outra grade de interpretação, que pode ser chamado de modelo estratégico do poder.

Primeiramente, quais os significados de poder que *não* pretende utilizar em

¹¹¹ LVS, p.118. VS, p.100.

¹¹² LVS, p.120. VS, p.101.

suas análises: não é o “Poder”, que determina a sujeição dos cidadãos por um Estado; não é o poder na forma de lei e de regra e não é o poder como o de um grupo que impõe a dominação em uma sociedade. Tais formas de poder são para ele, na verdade, formas extremas, estabilizadas ou institucionais de apresentação do poder.

Sua compreensão do poder, ilustra-se nessa passagem:

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e de afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.¹¹³

A partir destas afirmações e de outras explicitações contidas no texto, pode-se construir algumas considerações acerca do poder, segundo o modelo estratégico, como se segue.

- a) O poder é múltiplo, apresenta-se disperso em vários locais e aparece na imanência das relações de forças que o compõem. O poder não é uma estrutura abstrata, mas uma força que se relaciona com outra força, localizada e organizada nos domínios em que surge.
- b) O poder é móvel, dinâmico, constituído por lutas e afrontamentos, e como resultado desta mobilidade, como em um jogo, pode ocorrer que as forças se reforcem ou se invertam ou, ainda, se transformem. Concebem-se mutações que levem ao favorecimento de um dos parceiros ou à assimilação de estratégias do oponente, por exemplo, como parte do jogo.
- c) As relações de forças mantêm correlações, apoiando-se, imitando-se, espalhando o poder em um dispositivo mais global. Ou ao contrário, podem tender a se dissociar.

¹¹³ LVS, p.121-2. VS, p.102-3.

d) As estratégias utilizadas pelo poder podem ser suficientemente amplas para se fixarem em estruturas mais estáveis e gerais, como as instituições estatais, a formulação de leis ou em grupos sociais predominantes.

Foucault afirma que é a partir deste princípio de inteligibilidade que se pode compreender os mecanismos de poder que atuam na sociedade moderna. Sabendo-se a condição do poder como relações de forças múltiplas e dispersas é que se compreendem os seus efeitos descentralizados e instáveis e um tipo de onipresença, que não é homogênea nem permanente, mas formada por encadeamentos que podem esboçar “efeitos de conjunto”.¹¹⁴

Em seguida, introduz cinco proposições acerca do modelo estratégico do poder.¹¹⁵ 1. O poder não é algo que se adquira ou se perca, ele é exercido nas relações de poder “desiguais e móveis”. 2. As relações de poder não são exteriores a outros tipos de relações (econômicas, de conhecimento ou sexuais), mas são as que produzem ali as condições de partilha e de desequilíbrio. 3. As relações de poder não são uma “dualidade binária” de alto a baixo na sociedade, elas “vêm de baixo”, são múltiplas, locais, e atravessam o corpo social e produzem efeitos de “clivagem”. 4. “São, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas”, as relações de poder têm seus objetivos locais, e podem se encadear num “dispositivo de conjunto”, mas, ao final, não se pode encontrar um grupo, um autor, um projeto que presida o todo, o que há são as racionalidades, as táticas e estratégias comuns. 5. “Onde há poder, há resistência.”

Em resumo, ele aponta a substituição do modelo do direito pelo modelo estratégico, substituição que ocorre nos domínios: da lei pelo objetivo, da interdição pela tática, da soberania pelas relações de forças. Na verdade, o modelo estratégico do poder reflete o que se tornou uma das características fundamentais das sociedades ocidentais. Ele diz: “o fato de as correlações de forças que, por muito tempo tinham encontrado sua principal forma de expressão na guerra, em todas as formas de guerra, terem-se investido, pouco a pouco, na ordem do poder político.”¹¹⁶

O modelo estratégico ou de guerra adotado por Foucault para explicar as

¹¹⁴ LVS, p.122-3. VS, p.103.

¹¹⁵ LVS, p.123-7. VS, p.104-6.

¹¹⁶ LVS, p.135. VS, p.113.

relações de poder parece conectar dois pontos, conforme escreve Joseph Rouse.¹¹⁷ O primeiro: a guerra é sem sentido. As relações de poder não fazem parte de um sistema dotado de sentido ou de valores. As ações e situações respondem ao sentido tático local ou particular de um conflito entre forças. Segundo, a guerra não é governada por regras. A guerra é governada pelas estratégias da batalha em desenvolvimento.

É sob esta concepção de poder como “situação estratégica complexa”, imanente às relações de forças como rede móvel, transformável e instável que será possível compreender as formas de resistência.¹¹⁸ A resistência não é externa ao poder, porque o poder não é um sistema de dominação que tenha um dentro e um fora, o poder é exercido através do alinhamento dinâmico de agentes.¹¹⁹

2. Tipos de resistência em *A vontade de saber*

2.1 Princípio de inteligibilidade das situações de oposição ao poder

Foucault aborda diretamente a resistência [*résistance*] em VS, por isto se tentará estabelecer um contorno para seu significado. Propõe-se seguir cuidadosamente suas explicações e ouvir alguns de seus estudiosos, elaborando suas características principais.

a) Oponência

Foucault afirma: “lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca está em posição de exterioridade em relação ao

¹¹⁷ Cf. ROUSE, Joseph. Power/Knowledge. In: *The Cambridge companion to Foucault*. Edited by Gary Gutting. 2.ed. New York: Cambridge University, 2003. p.111.

¹¹⁸ LVS, p.123. VS, p.103.

¹¹⁹ Cf. ROUSE, Joseph. Power/Knowledge. In: *The Cambridge companion to Foucault*. Edited by Gary Gutting. 2.ed. New York: Cambridge University, 2003. p.111.

poder.”¹²⁰ Não porque o poder envolve tudo e sempre vence, mas é preciso pensar no “caráter estritamente relacional das correlações de poder”.¹²¹

Elas [as relações de poder] não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel do adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão.¹²²

Portanto, a resistência é o outro termo das relações de poder, é o anteparo que o poder deve contornar e submeter, é o alvo das suas estratégias e táticas, é o ponto visível que se opõe. Resistência e poder são indissociáveis.

b) Multiplicidade

Ele faz saber que, na verdade, são resistências, no plural, e que os seus motivos são múltiplos:

Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, *um* lugar de grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição não podem existir a não ser no campo estratégico, das relações de poder.¹²³

c) Irredutibilidade

São também estratégias que partem de algum ponto *irredutível* e discordam da ação que sofrem, de maneira mais complexa que a simples oposição binária:

Mas isso não quer dizer que sejam apenas subproduto das mesmas, sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota. [...] Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irredutível.¹²⁴

d) Distribuição disseminada

¹²⁰ LVS, p.125. VS, p.105.

¹²¹ LVS, p.126. VS, p.106.

¹²² LVS, p.126. VS, p.106.

¹²³ LVS, p.126. VS, p.106.

¹²⁴ LVS, p.126-7. VS, p.106.

As resistências têm distribuição ampla e irregular no espaço e no tempo, como as relações de poder. Elas podem se localizar numa parte do corpo, em um indivíduo ou somar grupos, em certos momentos da vida ou da história:

Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento.¹²⁵

e) Possibilidade de transformações

São as resistências que provocam as brechas e as transformações no tecido social e nos indivíduos, desafiam a estrutura e a estabilidade das instituições sociais e dos comportamentos.

[...] pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis.

f) Reticularidade

São locais e globais, tais como redes que se formam em instâncias locais, mas podem se articular em formas mais globais. Neste sentido, a revolução é uma formação análoga ao Estado.

Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível a revolução, um pouco à maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder.¹²⁶

Resumidamente, nesta aproximação ao significado da resistência, pode-se compreendê-la como a parte irredutível das relações de poder, que participa das estratégias do poder como seu adversário, é também heterogênea e dispersa no tempo e no espaço, manifesta-se de forma local, constitui-se de pontos de

¹²⁵ LVS, p.127. VS, p.106.

¹²⁶ LVS, p.127. VS, p.107.

resistência, e, contudo, pode formar redes: as resistências são os focos das possíveis transformações no indivíduo e na sociedade.

Em uma entrevista, publicada em 1977, Foucault aborda a concepção de resistência:

Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea. [...] Para resistir é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de “baixo” e se distribua estrategicamente. [...] Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.¹²⁷

É possível compreender o termo resistência como parte da matriz de interpretação do poder, sob o modelo de relações de poder. Resistência e poder estão sempre vinculados. Neste modelo, a resistência é o princípio de interpretação das situações de oposição ao poder. É através da resistência que se pode pensar, analisar, identificar, também propor e imaginar espaços de reação, de luta, de ultrapassagem dos efeitos do poder.

Judith Revel afirma que o termo resistência aparece nos escritos de Foucault a partir dos anos 70 e que suas características principais seriam: a resistência é inseparável das relações de poder e ela as funda tanto quanto o poder; se as relações de poder estão em todos os lugares, a resistência é a possibilidade sempre presente de abertura de espaços de luta e de transformações e, além disso, ao serem analisadas por Foucault em termos de estratégias e táticas móveis, pode-se inferir o movimento de contraofensiva constante entre certos pontos.¹²⁸ Conforme esta autora, o problema da possibilidade de resistência, nesta época dos escritos de Foucault, integra-se às análises dos dispositivos de poder.

Alguns estudiosos comentam que Foucault, na década de setenta, pouco se refere aos exemplos concretos de lutas, como escreve Castelo Branco:

¹²⁷ DE II, p.267. Tradução: FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In: _____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Angela Loureiro de Souza. Organização de Roberto Machado. 26.reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.241.

¹²⁸ Cf. REVEL, Judith. *Le vocabulaire de Foucault*. Paris: Ellipses, 2009. p.86-9.

A fase analítica do poder (1970-1977), entretanto, é farta de relatos quanto às práticas divisórias, quanto aos procedimentos estratégicos postos em jogo pelos poderes hegemônicos, e evidencia uma predileção de Foucault pela descrição das grandes estruturas de dominação ou das instituições a elas agenciadas. [...] Apesar de sua participação pessoal em movimentos de resistência, nessa época, como o GIP, em torno da questão das prisões, entre outros, Foucault pouco escreve sobre o assunto, citando em raras passagens movimentos como os contrários à lógica consumista (como os movimentos antipoluição) e os partidários da liberdade de poder usar o próprio corpo (como os movimentos pró-aborto).¹²⁹

Conforme este estudioso, a escolha de Foucault pelo estudo dos mecanismos do poder se deveria à riqueza de instrumental metodológico desenvolvido por ele e o crescente interesse que despertou em seu público. A escassez de referências às resistências se deveria a alguns motivos, delimitados a essa fase. O primeiro deles seria decorrente da tese de Foucault segundo a qual o sujeito é constituído pelo poder, pelos seus dispositivos de controle e individualização, sendo assim os indivíduos pouco ou nada teriam a fazer. O segundo motivo, seria a desconfiança de Foucault em relação à participação de grupos na oposição ao poder, porque nem toda luta significa resistência ao poder. Algumas visam apenas legitimar a ordem estabelecida, outras acabam sendo assimiladas pelos dispositivos de poder. Além disso, conforme Castelo Branco, Foucault não acreditava no potencial transformador provindo de partidos e grupos políticos, nos moldes habitualmente praticados.¹³⁰

Esta omissão deliberada teria alguma outra razão? Atente-se para esta resposta de Foucault, em uma entrevista de 1978:

E, aqui, penso que se deve fazer intervir o problema da função do intelectual. É inteiramente verdade que me recuso – quando escrevo um livro – a tomar uma posição profética que consiste em dizer às pessoas: eis aí o que vocês devem fazer; ou então, isso é bom, isso não é bom. Eu lhes digo: eis como, *grosso modo*, parece-me que as coisas aconteceram, mas as descrevo de tal maneira que as vias de ataques possíveis sejam traçadas. Mas nisso, não forço nem coajo ninguém a atacar. E uma questão que me concerne pessoalmente quando decido – sobre as prisões, asilos psiquiátricos, isso ou aquilo – me lançar em um certo número de ações. Digo então que a ação política pertence a um tipo de intervenção totalmente diferente dessas intervenções escritas e livrescas; é um problema de grupos, de engajamento pessoal e físico. Não se é radical por se ter

¹²⁹ CASTELO BRANCO, Guilherme. *As resistências ao poder em Michel Foucault*. Trans/Form/Ação, São Paulo, 24: 2001. p.240.

¹³⁰ Ibid., p.240-1.

pronunciado algumas fórmulas, não, a radicalidade é física, a radicalidade concerne à existência.¹³¹

Ele deixa claro que se trata de uma opção: seu trabalho teórico analítico é conduzido de forma a não prescrever o que deve ser feito. Não se trata de descrever e prescrever lutas, e sim mostrar pontos e vias possíveis para a resistência, para aqueles que quiserem se engajar. As lutas de resistência estão no nível das práticas, nas quais colocar-se em jogo é físico, é da existência e uma escolha pessoal.

Em mais uma entrevista, agora de 1981, onde Foucault fala sobre *Vigiar e punir*, ele menciona que alguns compreenderam o livro como uma acusação tal ao sistema penitenciário, que levava a um impasse sem saída. Ele continua, explicando que não se tratou de uma acusação, ele pretendeu fazer a história das prisões, mostrar quais esquemas de racionalidade operaram nela e esperar que os psiquiatras e as outras pessoas assumissem o jogo ou, ainda, convidassem-no para trabalhar. Prossegue dizendo:

Eu lhes coloco [às pessoas] um certo número de questões. Tentemos agora, juntos, elaborar novos modos de crítica, novos modos de questionamentos, tentemos outra coisa. Eis, então, minha relação com a teoria e a prática.¹³²

É necessário lembrar que, nos anos 70, Michel Foucault dedicou-se à militância política. Embora não fosse membro de nenhum partido, participou de numerosas manifestações em favor dos direitos dos condenados, dos imigrantes, dos operários, dos presos políticos e dos dissidentes. Após seu nome em muitos abaixo-assinados, deu entrevistas, escreveu artigos e conclamações, participou de e criou comissões de trabalho. O *GIP* é um exemplo sempre lembrado¹³³ ou sua ligação com o periódico francês *Libération*.¹³⁴ Estas ações não figuram como exemplos de resistência em seus livros, porque, como ele mesmo explicou, foram sua opção pessoal e decorrentes de sua compreensão do papel do intelectual. O “intelectual específico”, como ele menciona em um artigo de 1976, é este que atua

¹³¹ *DEII*, p.634. Tradução: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos e Escritos, vol. IV. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Organização de Manoel Barros da Motta. 2.ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p.279. (Precisões sobre o Poder. Respostas a certas críticas)

¹³² *DEII*, p.1567-8. Tradução: FOUCAULT, Michel. *Repensar a política*. Coleção Ditos e Escritos, vol. VI. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Organização de Manoel Barros da Motta. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p.373. (O intelectual e os poderes).

¹³³ ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. 2.ed. Paris: Flammarion: 1991. p.240. Tradução: ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.211.

¹³⁴ *Ibid.*, p.267. Trad., p.234.

em lutas específicas; e, em oposição ao intelectual universal, aquele que procurava ser a consciência de todos, o intelectual específico surge para se aproximar das lutas reais, materiais e quotidianas, em setores determinados e em pontos precisos.¹³⁵ A atuação do intelectual requer, não dizer o que os outros têm de fazer – isto eles sabem muito bem, mas dar visibilidade às lutas, difundir informações, unificar os envolvidos, possibilitar que tomem a palavra e busquem apoio, e “trabalho com”.¹³⁶ É, portanto, dar visibilidade e possibilidades às resistências.

A respeito destas lutas específicas, Foucault não utiliza exemplos grandiosos, figuras ilustres que comparecem para assegurar suas palavras, ao contrário, ele fala dos seus duplos: as pequenas luzes, as trajetórias esquecidas dos sem menção, as figuras comuns em desconformidade com o que se espera do supostamente normal, as vidas ordinárias, os homens comuns. Ele ensina que as lutas iniciam-se e se dão nas coisas pequenas.

Numa entrevista em 1976, diante do jornalista surpreso, Foucault não deseja falar de seu livro e responde:

[...] há outro livro que merece mais atenção. Um livro como eu gosto: feito de fragmentos de realidade, de coisas ditas, de gestos, de documentos, de tristezas, de misérias... O autor? Não o procurem. São apenas gravações de um processo na União Soviética que puderam chegar ao Ocidente graças à coragem dos filhos do réu, o dr. Stern.¹³⁷

Foucault expõe que dr. Stern não se opôs à imigração de seus dois filhos para Israel, embora fosse comunista e o governo soviético tenha exigido que os impedisse. Por isto, foi condenado num tribunal a oito anos de trabalhos forçados, sob falsas incriminações. E isto, apesar de que as várias testemunhas, que a princípio deveriam repetir as acusações, ao depor no tribunal tenham se desdito e o inocentado. Foucault não quer encontrar exemplos de passos grandiosos, mas falar dos “passos desses homens e dessas mulheres que vêm dizer o que é a verdade”, num gesto de resistência “ordinária”.¹³⁸

¹³⁵ Cf. *DEII*, p.109. Em “*La fonction politique de l'intellectuel*”, *Politique-Hebdo*, 29 novembre- 5 decembre 1976, p.31-3.

¹³⁶ ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. 2.ed. Paris: Flammarion: 1991. p.324. Tradução: ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.284.

¹³⁷ ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. 2.ed. Paris: Flammarion: 1991. p.294. Tradução: ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.258.

¹³⁸ *Ibid.*, p.295. Trad., p.258.

Sinteticamente, o termo resistência é, por definição, a assinalação das brechas nas relações de poder que poderiam levar adiante as lutas transformadoras. Neste sentido, Foucault sempre teve em mente a resistência e, de fato, escreveu sobre ela, como uma questão aberta. As resistências não são ilusões, elas estão sempre lá.

2.2 Instrumento para análise dos discursos de veridicção

É preciso lembrar que a resistência pode ser colocada em relação aos saberes, como já foi relatado no capítulo anterior, sobre *Vigiar e punir*. Ao fazer recair o princípio da resistência sobre os saberes, Foucault teve em mente as lutas do poder. Como explicita Muchail:

Ora, posto que em nossas sociedades ocidentais são os discursos reconhecidos como científicos os que compõem os saberes aceitos como verdadeiros, é desses saberes que tratará a genealogia. [...] Nesse sentido, pois, ocupando-se da análise das relações entre saber e poder que, mediados pela verdade, mutuamente se produzem e se reproduzem, a genealogia pretende constituir-se em foco de crítica e em instrumento de resistência.¹³⁹

Conforme esta autora, a própria genealogia, através da análise dos discursos aceitos como verdadeiros, “constrói uma política de resistência e de luta”, porque é a tática que questiona os vínculos entre saber e poder, faz visível os pontos de conflito e pode constituir um recurso para as lutas atuais.¹⁴⁰

A estratégia adotada por Foucault frente ao dispositivo da sexualidade é a análise dos múltiplos discursos produzidos sobre o sexo e seus cruzamentos com as relações de poder. Neste mesmo capítulo sobre seu método, ele propõe quatro regras que podem ser aplicadas à análise dos discursos, para elucidação das implicações entre o poder e os saberes.¹⁴¹ Tais regras podem ser tomadas como instrumentos de resistência, porque, sendo regras gerais, podem ser utilizadas como recursos no desenvolvimento de lutas atuais. Cabe segui-lo na proposta destas regras.

¹³⁹ MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault, simplesmente*. São Paulo: Loyola, 2004. p.33.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p.15.

¹⁴¹ LVS, p.129-35. VS, p.108-13.

a) Regra da imanência

Foucault insiste em mostrar a imanência entre poder e saber: não há “um conhecimento científico desinteressado e livre” sobre o qual pese as proibições do poder.¹⁴² O que acontece é que se determinado domínio foi instituído como objeto a conhecer é porque ele foi tomado como alvo pelas estratégias de poder, e também o reverso: só é possível tornar um domínio alvo do poder, através das técnicas de saber e dos discursos científicos que se desenvolvem sobre ele.

Entre técnicas de saber e estratégias de poder, nenhuma exterioridade: mesmo que cada uma tenha seu papel específico e que se articulem entre si a partir de suas diferenças.¹⁴³

É interessante recorrer a Deleuze para compreender quais as diferenças a que Foucault se refere, pois se não há exterioridade entre poder e saber, contudo, são imiscíveis.

O saber diz respeito a matérias formadas (substâncias) e a funções formalizadas, repartidas segmento a segmento sob as duas grandes condições formais, ver e falar, luz e linguagem: ele é, pois, estratificado, arquivado, dotado de segmentaridade relativamente rígida. O poder, ao contrário, é diagramático: mobiliza matérias e funções não-estratificadas, e procede através de uma segmentaridade bastante flexível.¹⁴⁴

O poder se mostra instável, como ato estratégico e, de certa forma, obscuro nos seus procedimentos e propósitos, enquanto o saber é estável, matéria visível e enunciável.

É preciso investigar as proposições dos saberes e ver as estratégias das relações de poder através delas, seus interesses, suas manifestações nos discursos que se repetem. Como? Foucault responde: parte-se dos “focos locais de poder-saber”.¹⁴⁵ E ele exemplifica: nas relações entre penitente e confessor e, também, entre a criança e os que a cercam, os pedagogos e os médicos, as diferentes formas de discursos que se formam em torno destes focos localizados “veiculam formas de sujeição e esquemas de conhecimento, numa espécie de vaivém incessante”.¹⁴⁶

¹⁴² LVS, p.129. VS, p.108.

¹⁴³ LVS, p.130. VS, p.109.

¹⁴⁴ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.81.

¹⁴⁵ LVS, p.130. VS, p.109.

¹⁴⁶ LVS, p.130. VS, p.109.

Portanto, ao reconhecer as relações humanas como relações de poder, deve-se partir de uma reflexão, sem ingenuidade, sobre os discursos proferidos em cada circunstância.

b) Regra das variações contínuas

Não se deve procurar imediatamente determinar os lados de quem tem poder (os homens, os adultos, os pais, os médicos) e de quem não o tem (as mulheres, as adolescentes, as crianças, os doentes); tampouco quem sabe e quem é mantido ignorante, diz Foucault, isto é, não repartir de antemão. Ao analisar um dado momento histórico, lembrar que se trata de um corte em contextos que estão em processo. Deve-se reconhecer que as correlações entre poder e saber são dinâmicas e observá-las como “matrizes de transformações”, há modificações operadas continuamente nos esquemas, tanto nas “distribuições de poder”, quanto nas “apropriações de saber”.¹⁴⁷

c) Regra do duplo condicionamento

Nada funciona isoladamente, diz Foucault. Os “focos locais” e os “esquemas de transformação” se encadeiam e acabam se inserindo em uma estratégia global, e esta se apoia nas relações estabelecidas pelas primeiras, este duplo condicionamento é o que faz funcionar as táticas mais locais e as estratégias de conjunto. Foucault esclarece que há uma continuidade entre estes níveis, embora não sejam homogêneos. Ele cita, como exemplo, que a família não é uma miniatura do Estado, mas que este se apoia no dispositivo familiar para exercer aí suas “manobras”. As táticas locais servem de suporte aos efeitos estratégicos, e as estratégias mais globais são o invólucro que faz o conjunto funcionar. Percebe-se aí um reforço exercido em mão dupla, um apego mútuo entre certos dispositivos, por exemplo, entre a família e o Estado.

d) Regra da polivalência tática dos discursos

Os discursos não devem ser analisados como simples projeção dos mecanismos de poder. Pela razão de que é nos discursos que se articulam poder e saber deve-se concebê-los como recursos táticos e como séries descontínuas que

¹⁴⁷ LVS, p.131. VS, p.110.

se articulam de forma mais complexa, segundo estratégias dinâmicas. Foucault alerta, não se deve conceber um mundo dividido entre discursos dominantes e dominados, mas ao contrário, conceber um mundo habitado por múltiplos discursos que podem integrar estratégias diferentes. Há muito a se considerar com atenção: o que exatamente é falado, o que é silenciado e porque, quem fala, de onde fala e o que se repetiu, se reutilizou e se foi deslocado do contexto. Ao se reconstituir estes passos é possível compreender quais relações de poder estão envolvidas, qual função estratégica o discurso desempenha. Ou seja, se os discursos se prestam a reforçar o exercício do poder, ou se, ao inverso, são instrumentos de resistência. Nada é dado de antemão, o mesmo discurso empregado pelo poder, pode retornar como reivindicação, por exemplo, e ser identificado como recurso de resistência. É importante acompanhar o que Foucault escreve:

Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam os laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras.¹⁴⁸

Pode-se também ilustrar esta descrição dos discursos com uma passagem de *Em defesa da sociedade*, na qual Foucault se refere ao discurso histórico-político que emergiu no século XVII, como uma transposição das estratégias da guerra para o interior do ambiente político do Estado:

Segundo, é um discurso que inverte os valores, os equilíbrios, as polaridades tradicionais da inteligibilidade, e que postula, chama a explicação por baixo. Mas a parte de baixo, nessa explicação, não é forçosamente, nem por isso, a mais clara e a mais simples. A explicação por baixo é também uma explicação pelo mais confuso, pelo mais obscuro, pelo mais desordenado, o mais condenado ao acaso [...]¹⁴⁹

Com estas palavras, Foucault mostra o que poderia ser outra regra: os discursos nem sempre são claros, simples e explicitam o elementar, características

¹⁴⁸ LVS, p.133. VS, p.111-2.

¹⁴⁹ FOUCAULT, Michel. *"Il faut défendre la société"*. Cours au Collège de France (1975-1976). Paris: Gallimard et Seuil, 1997, p.46. Tradução: FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso ministrado no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.63.

que se deve ter como regras da inteligibilidade. Dificultar a sua compreensão torna-se uma das estratégias do poder.

As análises dos discursos constituem estratégias de resistência quando utilizam estas regras como instrumento de norteamiento. Podem levar a atitudes de resistência como, por exemplo, a apoderação de discursos e a inversão das táticas discursivas. Resumindo-as, deve-se refletir a partir de cada foco local de relação de poder, tomar o que é falado como um processo em curso, transformável, inferir em que estratégia mais global os discursos se instalam e observar de que lado eles se colocam, do lado do poder ou da resistência, naquele determinado momento.

Constata-se que a decifração das funções dos discursos não é fácil. As regras propostas em *VS* parecem ser endereçadas aos intelectuais, filósofos, historiadores, pedagogos, psicólogos, médicos, psiquiatras e a todos os que têm a pretensão de trabalhar com a produção de saberes. Foucault coloca em suas mãos um instrumento de resistência.

Até aqui se discorreu sobre como a descrição do método em *VS* pode trazer recursos para compreender e reconhecer a resistência ao poder e também para instaurar formas de resistência através da análise dos discursos. Agora, trata-se de pensar como se dá a resistência em relação aos dispositivos estratégicos.

2.3 Ultrapassagem dos dispositivos de poder

Deve-se recordar que em *VS* o dispositivo da sexualidade é uma figura histórica constituída pelo poder, como um domínio de articulação sobre o corpo e suas funções vitais, que levou à incitação dos discursos sobre o sexo, disseminando-os na sociedade ocidental.

No contexto do dispositivo da sexualidade, há passagens em *VS* nas quais Foucault menciona a emergência de discursos de resistência. São exemplos que podem levar a pensar no posicionamento das resistências em relação aos dispositivos estratégicos. Como podem surgir as argumentações de resistência:

dentro do dispositivo, contra ele ou fora dele? É importante destacar algumas passagens.

Dentre as teorias que procuraram abordar a sexualidade de forma diferente de sua época, estão a psicanálise e as críticas de Reich. A psicanálise por ter rompido com a neuropsiquiatria da degenerescência, que envolvia a hereditariedade, ter instituído uma teoria da lei constitutiva do desejo e uma técnica que se propunha a liberação dos recalques das interdições.¹⁵⁰ E a “crítica histórico-política da repressão sexual” realizada por Reich, que teve consequências na “revolução” do sexo.¹⁵¹ Sobre esta última, Foucault assim se refere:

O valor desta crítica e seus efeitos na realidade foram consideráveis. Mas a própria possibilidade de seu sucesso estava ligada ao fato de que se desenrolava ainda no dispositivo de sexualidade, e não fora ou contra ele.¹⁵²

Tanto as teorias de Freud quanto as de Reich provocaram deslocamentos consideráveis no dispositivo da sexualidade, contudo, partiram de dentro do próprio dispositivo e não chegaram a desmantelá-lo.

Foucault volta a este aspecto do dentro e fora do dispositivo, na entrevista de 1977, ao falar dos homossexuais e das mulheres e do desenvolvimento de resistências sob a forma de “movimentos de afirmação” que começaram dentro do dispositivo da sexualidade e tentaram ultrapassá-lo. Algumas passagens ilustrativas:

Tomemos o caso da homossexualidade. Foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constitui-la como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos. [...] Mas, tomando ao pé da letra tais discursos e contornando-os, vemos aparecer respostas em forma de desafio: está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim e se vocês quiserem saber o que nós somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês. Toda uma literatura da homossexualidade, muito diferente das narrativas libertinas, aparece no final do século XIX: veja Wilde ou Gide. É a inversão estratégica de uma “mesma” vontade de verdade.¹⁵³

¹⁵⁰ Cf. LVS, p.170 e 197-8. VS, p.141 e 163.

¹⁵¹ LVS, p.173. VS, p.143.

¹⁵² LVS, p.173. VS, p.143.

¹⁵³ DE II, p.260-1. Tradução: FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In: _____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Angela Loureiro de Souza. Organização de Roberto Machado. 26.reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.233-4.

Sobre a tomada de palavra pelos homossexuais, Foucault explica em VS, trata-se de um discurso “de reação”, uma reivindicação de “legitimidade” e de “naturalidade”, que usa o mesmo discurso do poder, o mesmo vocabulário e as mesmas categorias, para desenvolver uma tática de resistência.¹⁵⁴

Referindo-se às mulheres, Foucault diz:

Durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. “Vocês são apenas o seu sexo”, dizia-se a elas há séculos. E este sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doença. “Vocês são a doença do homem”. E este movimento muito antigo se acelerou no século XVIII, chegando à patologização da mulher: o corpo torna-se objeto médico por excelência. [...] Ora, os movimentos feministas aceitaram o desafio. Somos sexo por natureza? Muito bem, sejamos sexo mas em sua singularidade e especificidade irreduzíveis. Tiremos disto as consequências e reinventemos nosso próprio tipo de existência política, econômica, cultural... Sempre o mesmo movimento: partir desta sexualidade na qual se procura colonizá-las e atravessá-la para ir em direção a outras afirmações.¹⁵⁵

Nos exemplos mencionados da teoria psicanalítica, da crítica de Reich, das reivindicações dos homossexuais e das mulheres, o que se pode notar em comum é o desenvolvimento de discursos de resistência que partiram de dentro do dispositivo da sexualidade e tentaram ultrapassá-lo.

A partir desta constatação, surge a hipótese de outro desafio: seria possível pensar a resistência fora do dispositivo de poder? Foucault dá pistas para algumas respostas, neste sentido. Primeiro, mostrando, através de exemplos, que pode existir um dentro e um fora do dispositivo. Segundo, em alguns momentos em que invoca sugestões de caminhos a seguir, em relação ao dispositivo da sexualidade. É interessante ouvi-lo, na entrevista a Bernard Henri-Lévy:

B. H. L.: Esta estratégia que você descreve [dos homossexuais e das mulheres], esta estratégia de duas faces ainda é, no sentido clássico, uma estratégia de liberação? Ou será que se deveria dizer que liberar o sexo é, de agora em diante, odiá-lo ou ultrapassá-lo?

M. Foucault: Está se esboçando atualmente um movimento que me parece estar indo contra a corrente do “sempre mais sexo”, do “sempre mais verdade no sexo” que existe há séculos: trata-se, não digo de “redescobrir”, mas de fabricar outras formas de prazer, de

¹⁵⁴ LVS, p.134. VS, p.112.

¹⁵⁵ DE II, p.261. Tradução: FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In: _____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Angela Loureiro de Souza. Organização de Roberto Machado. 26.reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.234.

relações, de coexistência, de laços, de amores, de intensidades. Tenho a impressão de escutar atualmente um sussurro “anti-sexo” (não sou profeta, no máximo um diagnosticador), como se um esforço em profundidade estivesse sendo feito para sacudir esta grande “sexografia” que faz com que decifremos o sexo como se fosse segredo universal.¹⁵⁶

Sobre isto, diz em VS:

Se, por uma inversão tática dos diversos mecanismos da sexualidade, quisermos opor os corpos, os prazeres, os saberes, em sua multiplicidade e sua possibilidade de resistência às captações do poder, será com relação à instância do sexo que deveremos liberar-nos. Contra o dispositivo de sexualidade, o ponto de apoio do contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres.¹⁵⁷

Com estas palavras de Foucault, ouvem-se duas sugestões para um pensamento de resistência que procura se fundamentar fora dos dispositivos estratégicos. A primeira seria escutar e dar atenção aos discursos não hegemônicos ou incipientes ou aos que não alardeiam alguma verdade. E, também, imaginar e esforçar-se para inventar outras formas de pensar e de agir. A eleição de novos pontos de apoio para o pensamento e a multiplicação sempre possível dos saberes são instrumentos das resistências que buscam liberar-se dos dispositivos de poder.

Assim, tornam-se acessíveis as afirmações de Deleuze, quando diz que “as resistências têm primazia”, porque elas têm “relação direta com o lado de fora”, e que “o pensamento do lado de fora é um pensamento da resistência”.¹⁵⁸ Este “fora” ao qual Deleuze se refere, não é exterior às relações de poder, é a distância que separa as forças, a distância entre elas. Este lado de fora “é sempre abertura de um futuro”, é um potencial para as resistências.¹⁵⁹

O dispositivo da sexualidade faz parte de uma abordagem mais ampla sobre o poder desenvolvida por Foucault neste livro. No capítulo V de VS, “Direito de Morte e Poder sobre a Vida”, ele introduz a discussão sobre a “biopolítica”. É preciso compreender o poder e a resistência em relação a esta nova abordagem.

¹⁵⁶ DE II, p.261. Tradução: FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In: _____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Angela Loureiro de Souza. Organização de Roberto Machado. 26.reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.234-5.

¹⁵⁷ LVS, p.208. VS, p.171.

¹⁵⁸ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.96.

¹⁵⁹ Ibid., p.96.

3. Resistências e biopoder

Por “biopolítica”, entende-se a mudança nas tecnologias do poder, que ocorreu a partir do século XVIII, conforme foi identificada por Foucault. O poder soberano era, até então, exercido sob a forma do confisco, ou seja, o soberano tinha o direito de dispor dos bens, dos serviços e da vida das pessoas, em última instância causando-lhes a morte. A partir deste período, começa a haver uma transformação nos mecanismos do poder, porque passa a ser necessário produzir forças, fazê-las crescer e se ordenar, de modo a que o poder tenha outras funções, principalmente de controle e de majoração das forças. Com isso, há um deslocamento do poder do soberano, com seu direito de causar a morte, para um poder que se encarrega da vida. A vida biológica, a questão de garantia de sobrevivência do corpo social, torna-se o fundamento das ações do poder, a lógica do seu exercício. Neste momento, emerge a “população”, como problema econômico e político: é preciso gerir as riquezas, o trabalho, o crescimento e o equilíbrio com as fontes de recursos; logo os governantes perceberam que tinham que lidar não com indivíduos, mas com fenômenos de massa, de “população” e suas variáveis. “População” como sede dos processos biológicos da vida, do todo como espécie: natalidade, mortalidade, expectativa de vida, condições de saúde, alimentação, ambiente, etc.¹⁶⁰

Foucault explica que, desde o século XVII, esse “biopoder” se desenvolveu sob duas formas principais: a) as disciplinas, como a “anátomo-política do corpo humano” e b) os “controles reguladores” de “uma biopolítica da população” (a qual

¹⁶⁰ Para ampliar o esclarecimento sobre a noção de população, recorre-se a Judith Revel. Populações, conforme esta estudiosa, “são grupos homogêneos construídos pelo poder sobre a base de um fundamento pretensamente natural que permite definir uma consistência identitária, ou seja, um certo número de traços naturais comuns que lhes seriam característicos”. Se a disciplina se interessa pelos indivíduos, o controle se interessa pelas “populações”. Elas são os novos objetos sobre os quais se aplicarão as relações de poder. Esta nova maneira de reprodução das relações de poder reflete, “na realidade, seu objetivo: a constituição de uma força de trabalho homogênea”. E do investimento unitário na disciplinarização do indivíduo, passa-se ao controle geral das populações. Ver em REVEL, Judith. *Foucault, une pensée du discontinu*. Paris: Mille et une nuits, 2010. p.201. (Tradução nossa). Reproduzimos a passagem: “*Mais là où la discipline semblait ne s'intéresser qu'aux individus, le contrôle s'intéresse précisément à des 'populations', c'est-à-dire à de nouveaux objets auxquels s'appliquent désormais les rapports de pouvoir. Les 'populations' sont en réalité des groupes homogènes construits par le pouvoir sur la base d'un fondement prétendument naturel qui permet d'en définir la consistance identitaire, c'est-à-dire un certain nombre de traits naturels comuns qui en seraient la caractéristique. Le double analyse en termes d'individu/discipline et population/contrôle, loin d'être une incohérence de la théorisation foucauldienne, permet en effet de construire un paradigme qui rend compte de la manière dont le pouvoir a reproduit à l'intérieur de ses rapports ce qui représentait en réalité son but: la constitution d'une force de travail homogène.*”

surgiu um pouco mais tarde).¹⁶¹ As disciplinas do corpo e a “biopolítica” das populações são “tecnologias anatômicas e biológicas”, que individualizam e tornam espécie, objetivam o desempenho do corpo e os processos vitais e investem “sobre a vida, de cima a baixo”.¹⁶² São cálculos e regulamentações que procuram obter “a sujeição dos corpos e o controle das populações”.¹⁶³

Na aula de 17 de março de 1976, do curso *Em defesa da sociedade*, Foucault também abordou a “biopolítica”:

Eu lhes assinalo aqui, simplesmente, alguns dos pontos a partir dos quais se constituiu essa biopolítica, algumas de suas práticas e as primeiras das suas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é da natalidade, da morbilidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder.¹⁶⁴

Nesta mesma aula, ele explica que os mecanismos da “biopolítica” são diferentes daqueles disciplinares, porque atuam não no corpo individual e no detalhe, e sim no nível da população, através da regulamentação dos processos biológicos, ou seja, por medidas preventivas que buscam obter um equilíbrio global. Trata-se de “um poder contínuo, científico, que é o poder de ‘fazer viver’”.¹⁶⁵ Pelo fato de estarem em níveis diferentes, a disciplina e a “biopolítica” persistem sobrepostas e entrecruzadas numa interação mútua.

A era do “biopoder” colocou a vida no centro dos dispositivos do poder, da produção dos saberes e das questões econômicas. Foucault afirma que o “biopoder” foi indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, pela inserção do corpo treinado na produção, bem como pelo ajustamento entre os fenômenos da população e os processos econômicos. Portanto, o biopoder é uma tecnologia que se configura tanto como gestão política, quanto pelos princípios econômicos.

Os discursos científicos e a produção de saberes voltaram-se para a questão do homem como espécie, instaurando estatísticas, mapeamentos demográficos e

¹⁶¹ LVS, p.182-3. VS, p.151-2.

¹⁶² LVS, p.183. VS, p.152

¹⁶³ LVS, p.183. VS, p.152

¹⁶⁴ FOUCAULT, Michel. “*Il faut défendre la société*”. *Cours au Collège de France*. Paris: Gallimard et Seuil, 1997. p.218. Tradução: *Em defesa da sociedade*. Curso ministrado no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.292

¹⁶⁵ IDS, p.220. DS, p.294.

medidas de higiene pública e de saúde. Concebe-se, assim, a extração de saberes da população e a criação de modos de atuação do poder sobre ela, desde o nascimento até a morte.

Os mecanismos de controle sobre a vida visam a atuar continuamente, regular e corrigir. Necessitam qualificar, avaliar, distribuir, hierarquizar por valor e utilidade – por isso, operam em torno da “norma”.¹⁶⁶ Os aparelhos jurídicos, administrativos e médicos se aproximarão cada vez mais das funções normativas, introduzindo mecanismos que, além de distinguir, procuram corrigir. “Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”, ele diz.¹⁶⁷ Judith Revel explica que, com o aparecimento do “biopoder” e da “norma”, no lugar do modelo jurídico da sociedade surge o “modelo médico”. Este novo modelo tem mais funções do que somente se ocupar dos doentes e das doenças, porque coloca em operação

um aparelho de medicalização coletivo, gerindo as ‘populações’ através da instituição de mecanismos de administração médica, de controle da saúde, da demografia, da higiene ou da alimentação, permite aplicar à sociedade, como um todo, uma distinção permanente entre o normal e o patológico, e impor um sistema de normalização dos comportamentos e das existências, do trabalho e dos afetos.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Sobre a noção de “norma”, Judith Revel dispõe: esta “noção está ligada ao mesmo tempo à ‘disciplina’ e ao ‘controle’”. Para Foucault, as disciplinas são de fato estranhas ao discurso jurídico da lei, da regra entendida como efeito da vontade soberana. A regra disciplinar, ao contrário, é apresentada como uma regra natural”. Portanto, o controle das populações é baseado na fixação de uma regra natural, a partir da qual se definirá os desvios ou “as ‘patologias’ sociais”. Esta regra que tem função de se aplicar a traços naturais e se confere fundamentos naturais é a que Foucault chamará de “norma”. E o “horizonte teórico da normalização [...] passará pelo campo das ciências humanas e sua jurisprudência será aquela de um saber clínico”. Cf. REVEL, Judith. *Foucault, une pensée du discontinu*. Paris: Mille et une nuits, 2010. p.201-2. (Tradução nossa). Reproduzimos a passagem: “[...] par un contrôle general des populations, c’est-à-dire une surveillance désindividualisée fondée sur la fixation d’une règle naturelle commune à partir de laquelle définir une déviance sociale conçue comme ‘pathologie’ sociale. Cette règle d’un nouveau type, qui revendique son fondement naturel et s’applique de fait à un ensemble de traits naturels – ou, plus exactement, construits pour faire office de ‘réfèrent naturel’ –, voilà donc ce que Foucault appellera la norme. La notion de ‘norme’ est liée à la fois à la ‘discipline’ et au ‘contrôle’. Pour Foucault, les disciplines sont en effet étrangères au discours juridique de la loi, de la règle entendue comme effet de la volonté souveraine. La règle disciplinaire est, au contraire, ce qui se présente comme une règle naturelle. Les disciplines, entre la fin du XVIII^e et le début du XIX^e siècle, définissent en réalité ‘un code qui sera non pas celui de la loi, mais de la normalisation, et elles se référeront nécessairement à un horizon théorique qui ne sera pas celui du droit, mais le champ des sciences humaines, et leur jurisprudence sera celle d’un savoir clinique.’”(Citando Foucault, aula de 14 de janeiro de 1976, do curso no Collège de France, DEII, p.188-9).

¹⁶⁷ LVS, p.190. VS, p.157.

¹⁶⁸ Cf. REVEL, Judith. *Foucault, une pensée du discontinu*. Paris: Mille et une nuits, 2010. p.203. (Tradução nossa). Reproduzimos a passagem: “Le modèle juridique de la société élaboré entre le

Neste mesmo cenário de intensificação da vida se viu surgirem os regimes políticos mais mortíferos, as guerras mais sangrentas e os genocídios, afirma Foucault. Como explicar este reverso paradoxal? Sabe-se que, desde o início, o caminho traçado por Foucault para configurar a biopolítica foi o vínculo entre vida e morte. Inicia-se pelo poder soberano e o direito de causar a morte e de deixar viver, para se deslocar a um novo tipo de poder, na modernidade, que faz viver e deixa morrer. Ao se refletir sobre isto, percebe-se que o cerco à vida e à morte, pelas relações de poder, dá-se de maneira complexa e pode ser visto de vários ângulos.

A morte em massa revela, numa escala maior, a força de um poder que se exerce em nome da sobrevivência das espécies e das populações, e provoca a morte de uns pela necessidade de viver de outros. A morte entra na lógica do biopoder, como tática complementar, visto que o poder deixa que alguns morram para que outros venham a sobreviver, no limite de um jogo que regula biologicamente os processos políticos e econômicos. Nesta estratégia de “eliminação do perigo”, a morte pode ser precipitada aos inimigos externos ou internos de uma sociedade, através das guerras ou da exposição ao risco de morte. Foucault afirma que:

É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.¹⁶⁹

Nesta propriedade mortífera, o biopoder atualiza o princípio soberano de poder tirar a vida dos outros, dos adversários perigosos, e o estende aos “anormais”, através da morte política e social, pela exclusão ou pela desqualificação. Este mecanismo permite ao biopoder assegurar a função da morte no fortalecimento da população.¹⁷⁰

Na regulamentação das populações, a morte se apresenta, também, como o limite do qual o biopoder se esquivava, porque ela é o momento em que suas

XVII^e et XVIII^e siècle cède le pas à un modèle médical au sens large, et l'on assiste à la naissance d'une véritable 'medicine sociale' qui s'occupe de champs d'intervention allant bien au-delà du malade et de la maladie. La mise en place d'un appareil de médicalisation collective gérant les 'populations' à travers l'institution de mécanismes d'administration médicale, de contrôle de la santé, de la démographie, de l'hygiène ou de l'alimentation, permet d'appliquer à la société tout entière une distinction permanente entre le normal et le pathologique, d'imposer un système de normalisation des comportements et des existences, du travail et des affects.”

¹⁶⁹ IDS, p.228-9. DS, p.306.

¹⁷⁰ Cf. IDS, p.230. DS, p.308-9.

ramificações não alcançam mais a vida. As atividades que procuram modular a vida constituirão certas medidas, como as taxas de mortalidade, de morbidade, etc. para enumerar a morte e tentar interferir no curso vital. Neste caso, a implementação da vida, seu prolongamento e sua produtividade; e a evitação da morte parecem ser objetivos complementares.

Nestas perspectivas, portanto, a morte pode ser vista como parte de táticas, como situação limítrofe e como medida a ser avaliada. Somam-se a estes outros pontos de vista acerca da morte na biopolítica, envolvendo a instauração de saberes, por exemplo, na medicina e nas ciências humanas. É importante avaliá-los para refletir sobre as resistências.

A medicina é capaz de realizar o vínculo entre vida e morte, do lado da vida, procurará espichá-la, preservá-la e qualificá-la; e do lado da morte, a medicina vai endereçá-la aos ambientes privados e técnicos dos hospitais. Assim como Foucault mostra, na sua arqueologia da medicina clínica, a existência de implicação entre a elaboração dos hospitais modernos e a anatomoclínica.

Era o início do século XIX, concomitantemente ao aparecimento da biopolítica, a medicina via Xavier Bichat criar a anatomia patológica. Em *Nascimento da clínica (NC)*, Foucault explica que o nascimento da medicina clínica moderna está ligado a este fato reorganizador: Bichat passa a fundamentar os achados patológicos das doenças e da morte nos tecidos dos cadáveres. É no corpo inerte, finito, estável e legível que se poderá decifrar a vida, seus desvios e seu desgaste. Sendo assim, vida, doença e morte passam a operar num vínculo epistemológico, que constituirá o conhecimento médico.

Ocorre que este embasamento técnico e científico na morte prenderá as positivities à finitude e ao limite. Uma disposição antropológica de significação do indivíduo na finitude será, então, transferida para as ciências do homem. Apesar disto, Foucault localiza um fundamento provocativo: Bichat define a vida como as forças e os processos orgânicos que resistem à morte. Foucault afirma sobre isto, em *NC*:

Bichat só retomou o tema da especificidade do ser vivo para situar a vida em um nível epistemológico mais profundo e determinante: ela significa para ele não um conjunto de características que se

distinguem do inorgânico, mas o fundamento a partir do qual a oposição do organismo ao não-vivo pode ser percebida, situada e carregada de todos os valores positivos de um conflito. A vida não é a forma do organismo, mas o organismo, a forma visível da vida em sua resistência ao que não vive e a ela se opõe.¹⁷¹

Pode-se, assim, estabelecer um cruzamento entre *NC* e *VS*, refletindo-se sobre o vínculo entre vida e morte nos fatos contemporâneos da medicina e da biopolítica, no século XIX. Se a biopolítica apreendeu a vida em seus cálculos estratégicos, deve-se lembrar de que os dispositivos normativos, que articulam os saberes e as ações políticas e econômicas, concebem-na em sua finitude, vida visível e contingente. Contudo, a vida, por definição, é conflito com a morte, a vida resiste à finitude e ao limite através dos próprios processos vitais. É possível, portanto, pensar que a vida é adversária do biopoder, este que tenta circunscrevê-la em seus limites e embaraçá-la nos seus controles e regulações. E como se encarregará de resistir a ele?

Conforme Judith Revel, a questão que aparece no pensamento de Foucault em relação ao biopoder é a das modalidades de resistência à norma: como lutar contra a normalização?¹⁷² Ao buscar respostas, destaca-se uma passagem em *VS* na qual Foucault discorre sobre as lutas que passaram a se desenvolver a partir do século XIX:

[...] o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível. Pouco importa que se trate ou não de utopia; temos aí um processo bem real de luta; a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la. Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o “direito”, acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse “direito” tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos os novos procedimentos de

¹⁷¹ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la clinique*. 7^e ed. Paris: Quadrige/PUF, 2007, p.157. Tradução: FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p.169-70.

¹⁷² Cf. REVEL, Judith. *Foucault, une pensée du discontinu*. Paris: Mille et une nuits, 2010, p.205. Reproduzimos a passagem: “*La question semble alors ne plus être celle de l’histoire de la naissance de la médecine sociale, mais celle des modalités présentes de résistance à la norma: comment lutter contre la normalisation sans pour cela revenir à une conception souverainiste du pouvoir? peut-on à la fois être antidisciplinaire et antisouverainiste?*”

poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional da soberania.¹⁷³

Foucault mostra que as novas formas de resistência, aquelas voltadas ao biopoder, tomam, de fato, a própria vida como fundamento. A vida que foi instituída como objeto político do poder volta-se contra as regulamentações que tentavam controlá-la. As resistências aos dispositivos normativos do biopoder passam a se dar pela reivindicação dos “direitos” irredutíveis de quem vive: direito ao corpo, à saúde, direito de ser feliz e de satisfazer suas necessidades. Ainda mais, o direito de ter uma vida plena e de desenvolver suas possibilidades, realizar as virtualidades de que se é capaz. Percebe-se, novamente, que Foucault coloca a resistência como uma questão aberta, porque é preciso que cada um formule ou invente seu modo de afirmar a vida. A vida tende a ultrapassar o poder, cada singularidade é mais criativa que as regulamentações que tentam submetê-la.

Deleuze pode auxiliar na compreensão destas resistências que se dão em nome da vida. Ele explica que sob esta formulação Foucault designa o sujeito de direito que agora aciona a própria vida “como portadora de singularidades”, como forças vitais que compõem novas combinações.¹⁷⁴ A resistência torna-se um “poder vital” que vai além da espécie, dos meios e dos dispositivos e é capaz de afirmar uma vida mais ampla e rica em possibilidades.

No mesmo sentido, Antonio Negri, sugere que a “biopolítica” não foi somente a gestão normativa de um ser vivo, não basta apenas esta leitura. É preciso falar também da resistência à captação da vida que seria:

[...] a afirmação de uma potência de vida contra o poder sobre a vida. Localizada na vida mesma – na produção de afetos e de linguagens, na cooperação social, nos corpos, nos desejos, na invenção de novos modos de vida – lugar de criação de uma nova subjetividade que valeria também imediatamente como instância de “desassujeitamento”.¹⁷⁵

¹⁷³ LVS, p.191. VS, p.158.

¹⁷⁴ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.97.

¹⁷⁵ NEGRI, Antonio. Quand et comment j’ai lu Foucault. In: *L’Herne - Foucault*. Cahier dirigé par Philippe Artières, Jean-François Bert, Frédéric Gros, Judith Revel. Paris: L’Herne, 2011. p.201. (Tradução nossa) Leia-se a passagem: “*Mais on pouvait aussi dissocier les biopouvoirs et la biopolitique, et faire de cette dernière l’affirmation d’une puissance de vie contre le pouvoir sur la vie. On pouvait localiser dans la vie elle-même – dans la production d’affects et de langages, dans la coopération sociale, dans les corps et les désirs, dans l’invention de nouveaux modes de vie – le lieu*”

Ainda para Negri, na “biopolítica”, continuando o caminho das análises foucaultianas sobre a produção da subjetividade, o que se opõe às determinações do indivíduo é a singularidade, como um campo de possibilidades. O poder não consegue abarcar a vida, nem o ponto de vista das singularidades.¹⁷⁶

A importância da vida como força irreduzível e das singularidades que se sublevam é ressaltada no texto de Foucault sobre a revolução iraniana. Em “*Inutile de se soulever?*”: “[...] o movimento com que um só homem, um grupo, uma minoria ou todo um povo diz: ‘não obedeco mais’, e joga na cara de um poder, que ele considera injusto, o risco de sua vida – esse movimento me parece irreduzível.”¹⁷⁷ É neste movimento de resistência inegociável, que a vida se coloca como último ponto de sustentação a um momento de recusa, contra o qual o poder não pode mais. Apesar da decepção com os rumos da revolução, este texto é citado por designar claramente as subjetividades que resistem ao poder e, da mesma forma, o trabalho dos filósofos em ouvi-las.¹⁷⁸ É o que faz Foucault ao descrever sua postura sobre as insurreições:

Ela é “antiestratégica”: ser respeitoso quando uma singularidade se insurge, intransigente quando o poder infringe o universal. Escolha simples, obra penosa: pois é preciso ao mesmo tempo espreitar, por baixo da história, o que a rompe e agita, e vigiar um pouco por trás da política o que deve incondicionalmente limitá-la.¹⁷⁹

Porque o universal é o respeito à vida, não se pode transigir com quem quer sacrificar vidas para obter mudanças sociais. Da mesma forma, é preciso ouvir as singulares que se sublevam, porque elas podem renovar a história.

de creation d'une nouvelle subjectivité qui valai aussi immédiatement comme instance de désassujettissement.”

¹⁷⁶ Ver em NEGRI, Antonio. Quand et comment j'ai lu Foucault. In: *L'Herne - Foucault*. Cahier dirigé par Philippe Artières, Jean-François Bert, Frédéric Gros, Judith Revel. Paris: L'Herne, 2011. p.204.

¹⁷⁷ *DEII*, p.790-1. Tradução: FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Coleção Ditos e Escritos, vol. V. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Organização de Manoel Barros da Motta. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p.77. Foi publicado no *Le Monde*, n.10661, 11-12 mai 1979, p.1-2. (É inútil revoltar-se?).

¹⁷⁸ Michel Senellart explica que “o xá deixa o poder no dia 16 de janeiro de 1979. No dia 1º de fevereiro, Khomeini, exilado desde 1964, faz um retorno triunfal ao Irã. Pouco depois, começam as execuções de oponentes ao novo regime pelos grupos paramilitares islâmicos. Foucault é então alvo de vivas críticas, da esquerda como da direita, por seu apoio à revolução. Sem querer entrar em polêmica, opta por responder com um artigo-manifesto, em *Le Monde* 11-12 maio, ‘*Inutile de se soulever?*’. Afirmando a transcendência da sublevação em relação a toda forma de causalidade histórica [...]. A sublevação é essa ‘dilaceração que interrompe o fio da história’ e introduz nela a dimensão da ‘subjetividade’.” SENELLART, Michel. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso ministrado no *Collège de France* (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.511.

¹⁷⁹ *DEII*, p.794. Tradução, p.81.

Retomando a pergunta, quais as modalidades de resistência à normalização? Para alcançar uma resposta, Judith Revel sugere um caminho que se dá em dois momentos: a) primeiramente, o necessário empreendimento da analítica do poder foucaultiana, ou seja, é preciso um longo trajeto para compreender as modalidades de aplicação do poder e as suas transformações; b) posteriormente, a chegada à apreensão das resistências como modalidades de invenção de si.

No primeiro momento, a reconstrução dos elementos da analítica do poder passa pela elucidação dos mecanismos do poder disciplinar, em oposição a uma concepção jurídica do poder, e atinge as modalidades da biopolítica. Durante este percurso, fica clara a concomitância dos procedimentos de objetivação e de subjetivação dos indivíduos, que fazem parte dos dispositivos do poder. É através dos processos de subjetivação que se pode visualizar o segundo momento das análises de Foucault em relação à resistência à normalização.¹⁸⁰

As reflexões sobre as diferenças entre poder e resistência, embora implicados em uma relação recíproca de forças, mostram-se importantes. Acaba-se por concluir que o poder “produz” segundo uma “lógica essencialmente de gestão”, porque “se trata de gerir (ou seja, limitar, dobrar, organizar, disciplinar, canalizar, explorar, influenciar, etc.) para seu próprio benefício, o existente.”¹⁸¹ E a resistência, ao contrário, cria e inventa, porque “se trata de inventar formas de vida, de experimentar modalidades expressivas, maneiras de estar juntos, tentar relações inéditas consigo mesmo e com os outros.”¹⁸² É a gestão e a invenção de subjetividades, nas relações de poder.

Os mecanismos de subjetivação resistentes são a fonte de invenção, de inauguração, de criação e, também, um passo importante para resposta à indagação de como enfrentar os dispositivos normativos.¹⁸³ Conforme esta autora, é a partir

¹⁸⁰ Ver em REVEL, Judith. *Foucault, une pensée du discontinu*. Paris: Mille et une nuits, 2010. p.220.

¹⁸¹ REVEL, Judith. *Foucault, une pensée du discontinu*. Paris: Mille et une nuits, 2010. p.276. (Tradução nossa). Transcrevemos a passagem: “*Dans le premier cas [do lado do poder], on a donc, au mieux, affaire à une logique qui, quel que soit le raffinement dont elle fait preuve, est essentiellement gestionnaire: il s’agit de gérer (c’est-à-dire de contenir, d’infléchir, d’organiser, de discipliner, de canaliser, d’exploiter, d’influencer, etc.) à son propre benefit l’existant.*”

¹⁸² Ibid., p.276. (Tradução nossa) Transcrevemos a passagem: “*Dans le second [do lado da resistência], il s’agit au contraire d’inventer des formes de vie, d’expérimenter des modalités expressives, des manières d’être ensemble, de tenter des rapports à soi et aux autres inédits.*”

¹⁸³ Judith Revel explica que “o termo ‘subjetivação’ designa, segundo Foucault, o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou mais exatamente, de uma subjetividade. Os ‘modos de subjetivação’ ou ‘processos de subjetivação’ do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análises distintas”: a) a análise dos modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos – neste sentido, os modos de subjetivação são as próprias práticas de objetivação; b) “a

deste ponto que Foucault, após a publicação de VS, irá modificar seu projeto e recentrar suas pesquisas sobre uma relação a si, como “experiência de si” e como *ethos*.¹⁸⁴

4. Reflexões gerais sobre resistência em *A vontade de saber*

VS condensa o percurso das análises do poder até o ano de 1976 ao reunir conclusões significativas sobre poder e resistência, que podem ser elencadas nos itens que se seguem.

1) Foucault consolida o modelo estratégico de poder ao explicitá-lo detalhadamente no livro, através da multiplicidade de relações de forças, como já havia sido proposto em VP. Este modelo é explorado por ele para as análises das “malhas de poder” que atuam em uma sociedade. Neste mesmo ano, ilustrando mais uma vez, em palestra pronunciada no Brasil, Foucault diz:

Com efeito, o interessante é saber como, em um grupo, em uma classe, em uma sociedade, funcionam as malhas do poder, ou seja, qual é a localização de cada um na rede do poder, como ele o exerce de novo, como ele o conserva, como ele o repercute.¹⁸⁵

análise da maneira na qual a relação consigo mesmo, através de certas técnicas de si, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência.” Ela continua, “o assujeitamento, a uma objetivação sofrida, de uma parte, e a resistência através de uma subjetivação percebida como ruptura desta objetivação, de outra [...]” são intimamente ligadas e é isto que o trabalho de Foucault demonstrará. Ver em *Ibid.*, p.227-8. (Tradução nossa) Leia-se a passagem: “*Le terme ‘subjectivation’ désigne par conséquent chez Foucault un processus par lequel on obtient la constitution d’un sujet, ou plus exactement, d’une subjectivité. Les ‘modes de subjectivation’ ou ‘processus de subjectivation’ de l’être humain correspondent en réalité à deux types d’analyse distincts. D’une part, il y a l’analyse des modes d’objectivation qui transforment les êtres humains en sujets – ce qui signifie qu’il n’y a sujets qu’objectivés, et que les modes de subjectivation sont en ce sens des pratiques d’objectivation; de l’autre, il y a l’analyse de la manière dont le rapport à soi à travers un certain nombre de techniques de soi permet de se constituer comme sujet de sa propre existence. Tout le travail de Foucault consistera précisément à faire en sorte que le mouvement d’objectivation auquel les individus sont nécessairement soumis – pour être reconnus comme sujets – et les processus de subjectivation qui permettent à ces mêmes sujets de devenir acteurs de leur propre invention cessent de se présenter comme contradictoire; ou plus exactement que l’assujettissement à une objectivation subie, d’une part, et la résistance à travers une subjectivation perçue comme rupture de cette objectivation, de l’autre, ne soient pas simplement identifiés comme contradictoires, mais au contraire comme intimement liés, ce qui n’est évidemment pas le moindre des paradoxes.*”

¹⁸⁴ Cf. *Ibid.*, p.278.

¹⁸⁵ DEII, p.1020. Tradução: FOUCAULT, Michel. *Segurança, penalidade e prisão*. Coleção Ditos e Escritos, vol. VIII. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Organização de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p.188. (As malhas do poder). Esta palestra foi

2) Nomeia “resistências” as atitudes e práticas que afrontam o exercício do poder, e dá a elas uma conotação positiva, ao contrário do que em geral se atribui a estas práticas confrontadoras. Como que legitima e alenta as práticas e atitudes resistentes, colocando-as em igualdade de posição nas relações de poder. O poder somente exerce sua atividade quando ligado covalentemente às resistências, e estas, representam as forças inventivas, criadoras, diversificadoras e irreduzíveis desta interligação.

3) Discorre sobre a historicidade e a mobilidade dos discursos de veridicção e sua relação com os mecanismos de poder. Propõe regras que podem ser utilizadas para análises dos discursos locais, como um instrumento de resistência. Tais análises, ao fragilizarem os discursos, fragilizam as ligações entre saber e poder.¹⁸⁶ No livro, os discursos analisados são aqueles formados em torno da sexualidade, os quais se instauraram e se reproduziram como um dispositivo para acessar os corpos, os dizeres e os prazeres, a partir do século XVIII-XIX.

4) Aposta na multiplicidade e nas novas configurações dos comportamentos e dos saberes, que possam vir a emergir fora dos dispositivos normativos. Porque as resistências têm acesso aos interstícios das linhas de força, como lembrou Deleuze.

5) Introduz a biopolítica e o papel do sujeito nas reflexões sobre poder e resistência, ao mostrar como a vida é sediada em dois sentidos opostos: como objeto da biopolítica e como dimensão vital das resistências. A biopolítica utiliza processos populacionais baseados na normalização e tende a ignorar os sofrimentos singulares. As resistências se aplicarão ao singular, em nome da sua vitalidade própria.

A questão da resistência em VS é colocada de forma aberta, em várias sentidos, em contraponto ao caráter adensado e conclusivo do livro.

pronunciada na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia em 1976 e publicada em duas partes em 1981-2.

¹⁸⁶ Cf. DEKENS, Olivier. *Michel Foucault*. “La vérité de mes livres est dans l’avenir”. Paris: Armand Colin, 2011. p.221. “A análise dos discursos é um ato político como fragilização de sua ligação ao saber e revelação de sua contingência: a dissociação teórica que ela opera na formação discursiva, a qual ela toma por objeto, é uma operação prática resistente através desta dissociação mesma.” (Tradução nossa) Siga-se o excerto: “*L’analyse des discours est un acte politique comme fragilisation de leur lien au savoir, et révélation de leur contingence: la dissociation théorique qu’elle opere dans la formation discursive qu’elle prend pour objet est une opération pratique résistant à cette dissociation même.*”

A acepção do termo “resistência” apresenta-se ampla porque designa e irá designar inúmeras atitudes que emergem em situações nas quais se observa um atrito com os dispositivos do poder: recusa, negação, ruptura, obstáculo, insubmissão, inversão, sublevação, enfrentamento, lutas, conflitos, revoltas; e mais ainda, designa as atitudes em que o sujeito buscará tomar sua própria vida, singularidade irreduzível, como fonte de invenção e de criação de possibilidades para si. Em seu atributo geral, o termo terá por função ser uma chave de significação para propor, imaginar, pensar e reconhecer as reações ao poder e a seus dispositivos objetivantes.

Geograficamente, as resistências são, também, amplamente distribuídas e múltiplas, pulverizadas como pontos que atravessam as camadas sociais e os corpos, podendo se agrupar em arranjos mais globais. E, ademais, são móveis, porque se constroem nas relações de poder, num espaço tático e estratégico - as resistências são disseminadas, móveis e estratégicas.

Constata-se, enfim, uma abertura no fato de que o tema da resistência é apresentado por Foucault como uma questão aberta, na verdade, infinita, em que cada um deverá buscar suas respostas. Desta forma, seu pensamento acaba por reconduzir a resistência a pontos específicos, lutas locais, situações precisas que envolvem as relações de forças e os sujeitos.

Trata-se de uma resposta sempre por construir e, igualmente, o tema continuará a ter desdobramentos nos estudos do autor.

CAPÍTULO III – DESDOBRAMENTOS DO TEMA DA RESISTÊNCIA

Considerações iniciais

Pretende-se, neste breve capítulo, apontar os desdobramentos que ocorreram no pensamento de Michel Foucault nos anos posteriores aos de 1975-1976, levando-se em consideração, destacadamente, o tema das resistências. Os novos planos no percurso intelectual do autor, que aparecem nos seus livros e também nos cursos no *Collège de France*, são compostos por novas temáticas e incursões em outras fontes históricas e filosóficas, as quais passam a ter grande importância no seu trabalho. Torna-se imprescindível indicar estes caminhos para complementar as reflexões sobre a resistência, porque estas novas temáticas têm considerável relevância por desdobrarem as formas como as resistências podem ser pensadas e exercidas.

Pode-se atribuir ao ano de 1978, o momento em que emergem novas proposições nos escritos de Foucault. O presente capítulo se detém em três pontos, relacionados a este ano, que ilustram o desenvolvimento de três desdobramentos no pensamento do autor, sem pretender, no entanto, estender-se além do necessário para indicar as implicações pertinentes ao tema das resistências.

No primeiro ponto, surge a questão da governamentalidade, através da qual a analítica do poder passa a ser pensada em termos de governo e de conduta, e as resistências serão designadas como contracondutas. É no curso ministrado em 1978, *Segurança, território, população*¹⁸⁷ que Foucault irá desenvolver a noção de governamentalidade, ou arte de governar, dentro de uma nova reflexão sobre o Estado e sua função. As relações de poder, a partir desta percepção, serão pensadas como maneiras de “conduzir as condutas” e o Estado, como parte da tecnologia geral de poder para regular as condutas. Conforme Senellart, ao romper com o tema da “batalha”, o conceito de “governo” seria o primeiro movimento em

¹⁸⁷ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso ministrado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

direção ao tema da ética do sujeito, ou seja, para o deslocamento direcionado à problemática do “governo de si e dos outros”.¹⁸⁸

No segundo ponto, aborda-se a referência à *Aufklärung* kantiana e à atitude crítica, como uma nova resposta ao tema da resistência. É a partir de 1978 que Foucault passa a citar o texto de Kant, publicado no *Berlinische Monatsschrift*, um jornal de Berlim, respondendo à questão: o que é o esclarecimento? – *Was ist Aufklärung?*¹⁸⁹ A referência a este texto de Kant, especificamente, está ligada a duas novas propostas desenvolvidas por Foucault: a primeira relaciona-se à noção de atitude crítica, que constituirá um dos embasamentos para a liberdade e a autonomia do sujeito; e a segunda é o modo pelo qual Foucault passa a denominar a filosofia, como o pensamento que se preocupa com a questão da atualidade.¹⁹⁰

O terceiro ponto alude ao deslocamento gradual no qual o domínio da ética passa para o primeiro plano nos trabalhos do autor, e o tema da resistência estará vinculado ao da estética da existência. Desde 1978, passa-se a perceber, nos seus textos, a referência aos temas da conduta humana e da autonomia. Nesta mesma época, Foucault se volta para o estudo da antiguidade grega e romana, dando continuidade às suas pesquisas sobre a constituição do sujeito ético, e passa a investigar as práticas de si e o cuidado de si.

Nos itens que se seguem, tratar-se-á de apontar como se insere o tema da resistência nestes três momentos.

1. Conduta e contraconduta

Em *Segurança, território, população*, na aula de 1º de março de 1978, Foucault introduz as noções de conduta e contraconduta, dentro de suas pesquisas sobre a história da governamentalidade. Nesta aula, ele explica que a palavra

¹⁸⁸ SENELLART, Michel. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso ministrado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.496-7.

¹⁸⁹ KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo? In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008. p. 9-18.

¹⁹⁰ Cf. KRAEMER, Celso. *Ética e Liberdade em Michel Foucault*. Uma leitura de Kant. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011. p.277-8.

“conduta” pode ser compreendida de duas maneiras: tanto a “atividade que consiste em conduzir”, quanto “a maneira como uma pessoa se conduz, a maneira como se deixa conduzir”.¹⁹¹ A conduta é uma atividade, uma forma de poder que se atribui por encargo governar a vida dos homens, a sua existência cotidiana.¹⁹² Por outro lado, ele define “contraconduta” como a “luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros” e que permite “analisar os componentes na maneira como alguém age efetivamente no campo muito geral da política ou das relações de poder.”¹⁹³ A contraconduta foi o termo escolhido por Foucault para utilizar um sentido ativo, e não apenas para se referir a uma forma de se conduzir incorretamente. Ela envolve um tipo de resistência, que possui a especificidade de ser uma revolta de conduta. Concerne aos movimentos que surgem com o objetivo de se recusar a ser governado assim, de buscar outras formas de ser conduzido, embora, saliente Foucault, sempre há uma ligação entre essas resistências de conduta e outros conflitos e problemas políticos ou econômicos.¹⁹⁴

É através do estudo da pastoral cristã, na idade média, que Foucault dá início ao tema do governamentalidade, porque o pastorado estaria no princípio da história deste tipo de poder caracterizado como arte de governar as condutas. A condução das condutas seria “um dos elementos fundamentais introduzidos pelo pastorado cristão na sociedade ocidental”, através do “governo das almas”.¹⁹⁵ O pastorado cristão é estudado por Foucault como o modelo de poder que se exerce através da temática da salvação e do ensinamento de uma verdade, e a sua especificidade é a exigência do estabelecimento de uma relação de obediência absoluta e sem finalidade, de uma renúncia à própria vontade.

É interessante salientar, como recorda Foucault, que as lutas antipastorais adquiriram várias formas e se deram em vários níveis. Desde o nível doutrinário propriamente dito, como no exemplo das pregações de Wyclif e Jan Hus¹⁹⁶ contra a Igreja de Roma, até o nível dos comportamentos individuais ou dos grupos

¹⁹¹ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso ministrado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.255.

¹⁹² Cf. *STP*, p.264.

¹⁹³ *STP*, p.266.

¹⁹⁴ Cf. *STP*, p.259-60.

¹⁹⁵ *STP*, p.255.

¹⁹⁶ Jan Hus, padre de Praga, seguia as ideias reformistas do teólogo inglês John Wyclif (séc. XIV).

religiosos.¹⁹⁷ Sendo assim, é possível perceber contracondutas nos movimentos que se dão apenas no indivíduo ou naqueles que reúnem indivíduos; tanto no esforço solitário, quanto nas lutas dos grupos.

As cinco formas principais de contracondutas na Idade Média, estudadas por Foucault, são movimentos que procuram escapar da conduta e tentam definir outra maneira de se conduzir, tendendo “a redistribuir, a inverter, a anular, a desqualificar parcial ou totalmente o poder pastoral”.¹⁹⁸ Sinteticamente, são descritas a seguir.

Em primeiro lugar, o ascetismo, definido como o exercício de si sobre si. O ascetismo caracteriza-se por desafios autoimpostos, com dificuldades crescentes e experiências de superação dos próprios limites, também crescentes. O critério de dificuldade do asceta é o próprio sofrimento, o reconhecimento das limitações e das impossibilidades que vão sendo superadas. O jejum, a inflição de dor, o isolamento, o controle das tentações são algumas destas práticas autoimpostas. Este exercício de autodeterminação e de autocontrole permanente, muitas vezes excessivo, tornaria o asceta inacessível ao poder exterior, pois tende a estabelecer o domínio sobre si mesmo e sobre o mundo. Foucault pensa que o cristianismo não é uma religião ascética. O que distancia o ascetismo das práticas cristãs é, principalmente, o fato de que o asceta obedece às suas próprias exigências, aos rigorosos desafios internos que coloca para si mesmo, com isto, escapando à subordinação das ordens dos superiores e às regras de obediência absoluta das autoridades pastorais. O ascetismo foi, de fato, utilizado como instrumento de apoio contra o pastorado, nas lutas que se desenvolveram. Foi uma prática de resistência, um elemento tático de contraconduta.¹⁹⁹

A segunda forma de contraconduta são as comunidades que se formaram, na Idade Média, com princípios diferentes daqueles da pastoral, relativos à obediência, à hierarquia, aos sacramentos, e com recusa da autoridade do pastor. As discrepâncias se deviam, especialmente, a um fundo teórico que recusava o dualismo entre leigos e padres, no interior da organização pastoral.

¹⁹⁷ Cf. *STP*, p.269.

¹⁹⁸ *STP*, p.269.

¹⁹⁹ Cf. *STP*, p.270-4.

Um exemplo dos elementos desta contraconduta foi a denúncia de corrupção do clero, dirigida, principalmente, contra o papa e a Igreja de Roma, por teólogos como Jan Hus, padre de Praga, no início do século XV. Ele criticava a Igreja e sua hierarquia, acusando-a de acumular riquezas e cometer abusos. Denunciava o escândalo da venda das indulgências, da compra do perdão para os pecados e pregava que os clérigos corruptos não fossem obedecidos. Além disso, sustentava que não deveria haver diferenças hierárquicas entre os pastores e os fiéis. Jan Hus defendia uma Igreja pobre, voltada apenas à missão evangélica, seguindo o exemplo de Cristo. Porque usava o idioma tcheco, numa capela em Praga, pode manter sua prédica, tendo sido nomeado reitor da Universidade de Praga, em 1409. Continuou sua pregação rebelde até ter sido chamado a explicar-se no Concílio de Constanza, quando se negou a retratar-se e foi condenado à fogueira por heresia. Deve-se recordar que, cem anos depois, na Reforma Protestante, Lutero articula a resistência ao papado, reiterando as críticas de Jan Hus.²⁰⁰ Os hussitas são um exemplo deste tipo de contraconduta que se manifesta pela formação de comunidades em torno de princípios teológicos e eclesiais rebeldes.

A terceira forma de contraconduta seria a mística. A experiência mística possui características que a diferencia muito do modelo pastoral de fé religiosa. A via mística é uma iluminação, um privilégio que põe quem a experimenta diretamente em contato com a presença de Deus. Não é necessário o controle do pastor ou a transmissão de uma verdade, nem o exame da alma, ela se dá através do êxtase, do mistério e do silêncio. A alma mística deve se transfigurar pelo aprendizado de um caminho próprio, que alterna presença e ausência de Deus, luz e sombra, através de experiências ambíguas e paradoxais. A mística é uma contraconduta que provoca um curto-circuito nos ensinamentos e nos direcionamentos da pastoral.

O retorno à Escritura constitui o quarto elemento de composição das contracondutas. A volta aos textos, o ato de leitura do livro sagrado por si próprio faz com que os fiéis possam entrar em contato diretamente com a palavra de Deus, sem a mediação do pastor, alcançando sua própria revelação. Deve-se lembrar que a transmissão dos dogmas e as explicações dos textos eram um privilégio dos padres. O retorno à Escritura comporta um ponto fundamental das contracondutas porque

²⁰⁰ Cf. ECHAVARREN, Roberto. *Foucault: una introducción*. 1.ed. Buenos Aires: Quadrata, 2011. p.40.

interrompe a linha dos ensinamentos religiosos baseados na interpretação do livro sagrado pelos pastores.

Por fim, a crença escatológica, como a doutrina que prevê a consumação dos tempos e o retorno de Deus, o verdadeiro pastor, para reunir seu rebanho. Também sob a forma do Espírito Santo, ele desceria sobre a terra e um fragmento se disseminaria em cada fiel. Com a vinda deste acabamento do tempo, os pastores seriam desnecessários, poderiam ser dispensados.²⁰¹

Foucault afirma que estes cinco tipos de contracondutas, que são a ascese, as comunidades, a mística, o retorno à Escritura e a escatologia, mostram os movimentos de reação ao pastorado que se desenvolveram como “elementos-fronteira”.²⁰² Com isto, ele diz que estes elementos não foram exteriores ao cristianismo, mas se desenvolveram nos seus limites, como constituintes marginais do seu próprio horizonte. Estes movimentos representaram táticas permanentes nas lutas antipastorais, que foram sendo reutilizadas, assimiladas ou retomadas durante os séculos XV-XVI. Fica claro que as contracondutas são tipos de resistência em sua forma ativa, ações de subjetividades que se afirmam e se sublevam no interior das relações de poder.²⁰³

Senellart assinala que “a ideia de ‘contraconduta’, representa uma etapa essencial, no pensamento de Foucault, entre a análise das técnicas de sujeição e a análise, desenvolvida a partir de 1980, das práticas de subjetivação.”²⁰⁴ Isto porque as contracondutas são o prolongamento do tema da resistência desenvolvido em VS, como forças correlativas e sempre presentes nas relações de poder, e o modo de inserção da resistência no interior da questão da governamentalidade.

Dois meses depois desta aula do curso *Segurança, Território, População*, na sua conferência *Qu'est-ce que la critique?*²⁰⁵, Michel Foucault fará referências à

²⁰¹ STP, p.282-3.

²⁰² STP, p.283.

²⁰³ Cf. SENELLART, Michel. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso ministrado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.511.

²⁰⁴ Ibid., p.287.

²⁰⁵ FOUCAULT, Michel. *Qu'est-ce que la critique?* [Critique et Aufklärung]. Bulletin de la Société Française de Philosophie, t.LXXXIV, année 84, n.2, p.35-63, 1990. Palestra de Michel Foucault em 27 de maio de 1978, à Sociedade Francesa de Filosofia, no Anfiteatro Michelet, na Sorbonne, Paris.

contraconduta, ao discorrer sobre o embasamento histórico da atitude crítica, conforme será visto em seguida.

2. Referência à *Aufklärung* kantiana

“O que é a crítica?”, pergunta-se Foucault diante da plateia de filósofos. E ele a designa como uma certa atitude

[...] entre a alta empreitada kantiana e as pequenas atividades polêmico-profissionais que trazem esse nome de crítica, me parece que houve no Ocidente moderno (desde, grosseira e empiricamente, os séculos XV-XVI) uma certa maneira de pensar, de dizer, de agir, certo modo de relação com o que existe, com aquilo que se sabe, com aquilo que se faz, uma forma de relação com a sociedade, com a cultura e também com os outros, e que se poderia chamar de atitude crítica.²⁰⁶

Esta atitude, explica ele, está dispersa em todos os domínios, visto que existe sempre em relação a algo, em oposição a algo nos campos da filosofia, da ciência, da política, da moral, do direito, da literatura, etc. De certa maneira, trata-se de uma “virtude em geral”.²⁰⁷

Para conduzir o embasamento histórico dessa atitude crítica, Foucault remete-se à pastoral cristã. Se o pastorado introduziu a forma de poder caracterizado pela direção da conduta dos homens, calcado nos eixos da salvação, da verdade e da obediência, em oposição a ele nasceu uma atitude de resistência que se opunha ao ser dirigido. Se, mais tarde, com a laicização e a multiplicação desta arte de governar a conduta dos homens, estabeleceu-se uma governamentalização das sociedades ocidentais, surgiu, correlativamente, a questão de “como não ser governado”. Tal questão é o ancoramento histórico da atitude crítica, que se formou

²⁰⁶ QC?, p.36. Reproduzimos o excerto: “*Et Il semble qu'entre la haute entreprise kantienne et les petites activités polémique-professionnelles qui portent ce nom de critique, Il me semble qu'il y a eu dans l'Occident moderne (à dater, grossièrement, empiriquement, des XV^e-XVI^e siècles) une certaine manière de penser, de dire, d'agir également, un certain rapport à ce qui existe, à ce qu'on sait, à ce qu'on fait, un rapport à la société, à la culture, un rapport aux autres aussi e qu'on pourrait appeler, disons, l'attitude critique.*” (Tradução nossa).

²⁰⁷ QC?, p.36. Leia-se: “[...] *c'était de l'attitude critique comme vertu em general.*”

em face, e como contrapartida, ou antes, como parceiro e adversário, ao mesmo tempo, das artes de governar, como maneira de suspeitar disso, para recusá-las e as limitar, para lhes encontrar uma justa medida, e as transformar, e procurar escapar destas artes de governar [...]²⁰⁸

Como expressão da atitude crítica no domínio histórico, Foucault cita três exemplos.²⁰⁹ O primeiro é o movimento de retorno à Escritura: em relação à arte de governar religiosa, não querer ser governado era negar a autoridade da Igreja na interpretação das Escrituras. A crítica teria se expressado pelo “acesso direto à verdade da Escritura na Escritura”.²¹⁰ O segundo, é o problema do Direito Natural: não querer ser governado por leis injustas e por uma soberania que as legitima, a crítica é “opor os direitos universais e imprescindíveis”, aos quais as autoridades devem se submeter. O terceiro, está no domínio do conhecimento: a crítica é não aceitar uma verdade imposta pelo dogmatismo de uma autoridade ou da ciência, mas “considerar por si mesmo boas razões para aceitar”.²¹¹

É possível compreender que a atitude crítica se estabeleceu nestes fenômenos que surgiram no jogo entre a governamentalidade e a sua crítica. Como se lê em seguida:

E se a governamentalização é mesmo essa prática social de sujeição dos indivíduos pelos mecanismos de poder que se reclamam uma verdade, pois bem, eu diria que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade.²¹²

Foucault, então, procede a uma ligação entre essa atitude crítica e a definição de Kant de *Aufklärung*, em seu artigo de 1784 – “O que é o Iluminismo?”, por compreender que se aproximam.²¹³ Neste texto, Kant definiu *Aufklärung* em oposição a um estado de menoridade em que a humanidade estaria mantida

²⁰⁸ QC?, p.38. Reproduzimos o excerto: “*En face, et comme contre partie, ou plutôt comme partenaire et adversaire à la fois des arts de gouverner, comme manière de s'en méfier, de les récuser, de les limiter, de leur trouver une juste mesure, de les transformer, de chercher à échapper à ces arts de gouverner [...]*”. (Tradução nossa).

²⁰⁹ QC?, p.38-9.

²¹⁰ QC?, p.38.

²¹¹ QC?, p.39.

²¹² QC?, p.39. Leia-se: “*Et si la gouvernementalisation c'est bien ce mouvement par lequel Il s'agissait dans la réalité même d'une pratique sociale d'assujettir les individus par des mécanismes de pouvoir que se réclament d'une vérité, eh bien! je dirai que la critique c'est le mouvement par lequel le sujet se donne le droit d'interroger la vérité sur les effets de pouvoir et le pouvoir sur les discours de vérité.*” (Tradução nossa).

²¹³ KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo? In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008. p. 9-18.

autoritariamente. E ele definiu menoridade como uma incapacidade de se servir de seu próprio entendimento, sem a direção de um outro. Foucault enfatiza que Kant estabelece uma correlação entre um excesso de autoridade, de uma parte, e a falta de decisão e coragem, de outra.²¹⁴

Se, para Kant, a crítica seria a emancipação do estado de menoridade e, para Foucault, ela é a expressão da vontade de não ser governado, o que os aproxima em relação à atitude crítica é o princípio da autonomia. Conforme esclarece Fonseca: “[...] aquilo que está em questão, tanto na definição kantiana das Luzes quanto no conceito de crítica desenvolvido por Foucault é o problema da autonomia”.²¹⁵

Foucault afirma que a empreitada crítica kantiana, em seu todo, faz nascer uma suspeita: “de quais excessos de poder, de qual governamentalização, tanto mais incontornável porque justificada pela razão, esta razão, ela mesma, não é historicamente responsável?”²¹⁶. Quais os limites do que se pode conhecer? Quais racionalidades levam ao excesso de poder? É admissível pensar que a autonomia e a crítica das racionalidades são as bases desta modalidade de resistência.

A concepção de atitude crítica, seguindo a *Aufklärung* kantiana, insere a questão da constituição de si mesmo como sujeito autônomo e a filosofia que responde ao apelo da sua atualidade nos desdobramentos das formas de resistência.

3. Passagem da ética ao primeiro plano

É nos últimos livros de Foucault que se percebe claramente a mudança de ênfase que passa a ocorrer nos seus trabalhos a partir do fim da década de 70. Os dois últimos volumes da *História da sexualidade*, *O uso dos prazeres* e *O cuidado de*

²¹⁴ Cf. QC?, p.40.

²¹⁵ FONSECA, Márcio Alves da. Entre a vida governada e o governo de si. In: *Cartografias de Foucault*. Org. por D. M. Albuquerque Jr., Alfredo Veiga-Neto, A. Souza Filho. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008 . p. 247.

²¹⁶ QC?, p.42. Leia-se: “[...] de quels excès de pouvoir, de quelle gouvernementalisation, d'autant plus incontournable qu'elle se justifie en raison, cette raison elle-même n'est-elle pas historiquement responsable?” (Tradução nossa).

si, publicados em 1984, com um intervalo de oito anos desde o primeiro volume, tratam da constituição do sujeito ético. O curso de 1981-1982, *A hermenêutica do sujeito*, já antecipava os detalhes das suas pesquisas sobre a antiguidade, especialmente, sobre a noção de cuidado de si.

Parece haver uma continuidade entre a atitude crítica e este inusitado desdobramento das resistências até o cuidado de si. Conforme Kraemer argumenta:

*A atitude crítica implica a ética, o ato de coragem de entrar ativamente no jogo, enfrentar a sujeição. Entrar no jogo significa, a partir da Crítica, agir sobre si, constituir a si mesmo enquanto sujeito de autonomia. Tal gesto requer liberdade. Essa forma de constituição de si Foucault chamou de *contraconduta* em 1978 (STP) e passou a chamar de cuidado de si, no Curso de 1981-1982 (*A hermenêutica do sujeito*) e nos dois últimos volumes de *História da sexualidade*.²¹⁷*

O longo caminho dos estudos sobre as modalidades de poder e suas transformações leva ao encontro das práticas de resistência com a liberdade e com a subjetividade que se constrói. Decorre que trazer o tema da ética ao primeiro plano, não significa abandonar ou superar os estudos genealógicos do poder, ao contrário, foi a partir destes estudos que se pode chegar ao debate sobre a liberdade.²¹⁸ Continua Kraemer:

[...] a noção de liberdade nada tem de ingênuo, utópico, idealista ou teleológico. Não promete um mundo futuro livre e feliz. Nem idealiza um mundo em que, atingidas determinadas condições (econômicas, políticas ou de consciência), reinará a liberdade. Da mesma forma como Foucault não projeta ou promete uma forma autêntica de saber, nem uma forma legítima de poder, também não se atém a uma forma de liberdade que seja verdadeira ou plena. É sempre no universo das relações efetivas, das práticas historicamente constituídas, que esses três domínios são pensados e estudados. É a partir dos resultados da arqueologia e da genealogia que a liberdade é posta em primeiro plano – também conhecido como “fase” da ética.²¹⁹

Nesta “fase ética” Foucault se interessa pelas noções de técnicas de si, práticas de subjetivação e cuidado de si, como práticas históricas pelas quais o sujeito se constrói como sujeito ético.²²⁰ Seus estudos destas noções descrevem exercícios físicos e mentais que têm como meta um projeto de vida determinado.

²¹⁷ KRAEMER, Celso. *Ética e Liberdade em Michel Foucault*. Uma leitura de Kant. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011. p.299. (Grifos do próprio autor).

²¹⁸ Cf. *Ibid.*, p.275-6.

²¹⁹ *Ibid.*, p.276.

²²⁰ Cf. GROS, Frédéric. Verità, soggettività, filosofia nell’ultimo Foucault. In: GALZIGNA, Mario (org.). *Foucault, oggi*. Milano: Feltrinelli, 2008. p.293-5. (Tradução brasileira de Selvino José Assmann).

São programas de estilização da existência que acontecem num horizonte de liberdade, compreendido como “jogo de práticas diferenciadas”.²²¹ O conceito de “cuidado de si” se refere a uma noção grega e sua tradução latina (*epimeleia heautou* em grego; *cura sui* em latim) que designa uma conversão a si mesmo, uma atenção para consigo mesmo e um conjunto de técnicas ascéticas, visando a “construir um eu forte, que possa responder às solicitações do mundo.”²²² Foucault procura retornar ao sujeito ético, como aquele que se pergunta: qual forma dar à minha existência?²²³

Em “A ética do cuidado de si como prática de liberdade” [1984], Foucault insiste que a liberdade é a condição para a ética e para que existam as relações de poder.²²⁴ Para ele, a “ética é a prática refletida da liberdade” – a liberdade insere-se na forma como o indivíduo decide se conduzir, como sujeito de ação moral.²²⁵ Nas relações humanas, “só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres”, porquanto, elas são “móveis, reversíveis, instáveis”, do contrário, seriam estados de dominação cristalizados, violentos e duradouros.²²⁶ Nas relações de poder, a resistência sempre existe como possibilidade, porque o poder são jogos estratégicos e não é, necessariamente, um mal. Na sociedade sempre haverá relações de poder, o problema está em como promover as resistências, conforme afirma Foucault:

O problema não é, portanto, tentar dissolvê-las [as relações de poder] na utopia de uma comunicação perfeitamente transparente, mas se imporem regras de direito, técnicas de gestão e também a moral, o *êthos*, a prática de si, que permitirão, nesses jogos de poder, jogar com o mínimo possível de dominação.²²⁷

E, numa frase, ele articula e condensa as três formas de compreensão das resistências: como lutas, como atitude crítica e como constituição de si mesmo, no terreno da ética e da liberdade. Leia-se:

²²¹ Ibid., p.294.

²²² Ibid., p.295.

²²³ Cf. Ibid., p.295.

²²⁴ *DEII*, p.1527-48. Tradução: FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Coleção Ditos e Escritos, vol. V. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Organização de Manoel Barros da Motta. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p.264-87. (A ética do cuidado de si como prática de liberdade).

²²⁵ *DEII*, p.1531. Trad., p.267.

²²⁶ *DEII*, p.1539. Trad., p.276.

²²⁷ *DEII*, p.1546. Trad., p.284.

Acredito que este [a reflexão sobre as relações de poder] é efetivamente o ponto de articulação entre a preocupação ética e a luta política pelo respeito dos direitos, entre a reflexão crítica contra técnicas abusivas de governo e a investigação ética que permite instituir a liberdade individual.²²⁸

Para concluir, ou para não concluir, porque o tema da resistência tem e ainda terá outros desdobramentos no pensamento de Foucault, e aqui se apresentou pontos delimitados, acrescentam-se algumas considerações finais.

²²⁸ *DEII*, p.1546-7. Trad., p.285.

CONCLUSÃO

A conclusão delinea as aproximações das leituras de *VP* e *VS* e remete às considerações finais.

1. Convergências nas leituras de *Vigiar e Punir* e *A vontade de saber*

A partir das leituras de *VP* e *VS*, cabe tentar reunir os cruzamentos das análises apresentadas por Foucault nestes dois livros, construídos e publicados quase ao mesmo tempo (1975-1976).

É evidente que a questão central de *VP* e *VS* é a dos dois modelos de exercício de poder: a especificidade e a articulação do poder disciplinar e da biopolítica. Foucault apresenta, extensamente, os mecanismos do poder que se aplica singularmente sobre o corpo e prossegue elaborando os delineamentos do poder que se aplica globalmente sobre a população e a vida. Ele expõe que, desde o século XVIII, duas modalidades de poder são introduzidas e funcionam sobrepostas. O poder disciplinar é centrado no corpo e, através de efeitos individualizantes, visa adestrar suas forças para torná-lo dócil e útil. E a biopolítica, centrada sobre a vida, procura, através de efeitos de massa, regular ou modificar a probabilidade dos eventos biológicos da população. Uma tecnologia de treinamento e outra tecnologia previdenciária, atuando ambas sobre os corpos, como biopoderes, esta é problemática que se articula nos anos de 1975-1976, nos seus escritos.²²⁹ Assim, é possível aproximar os dois livros e ler retrospectivamente *VP*, procurando construir figuras de resistência a partir da afirmação clara, presente em *VS*: “lá onde há poder, há resistência”.²³⁰

²²⁹ Cf. *IDS*, p.222. *DS*, p.297. No curso pronunciado no início de 1976, Foucault expõe resumidamente a articulação e a comparação dos dois tipos poder que apresenta em *VP* e *VS*.

²³⁰ *LVS*, p.125. *VS*, p.105. Leia-se: “*Que là où il y a pouvoir, il y a résistance*”. Esta tese de Foucault foi escolhida para dar título a este trabalho, porque introduz, permeia e condensa as reflexões sobre a resistência.

Nos tópicos desenvolvidos por Foucault acerca dos biopoderes, parece haver também alguns temas principais que se cruzam e coincidem nos dois livros. São eles: os dispositivos estratégicos, as normas e os tipos de saberes.

— A análise dos dispositivos estratégicos é a principal aproximação para a compreensão do funcionamento dos biopoderes. Como grandes representantes, o panoptismo (tecnologia da vigilância abordada em *VP*) e o dispositivo da sexualidade (discursos de controle de processos biológicos analisados em *VS*), espriam-se e regulam as encruzilhadas do corpo e das populações.

— A norma é o elemento que Foucault vê circular como princípio disciplinar do corpo e regulamentador da população. A “sociedade de normalização” é aquela na qual se cruzam as normas disciplinares e as normas da regulamentação.²³¹ Fica instituída a linha-fronteira invisível que separa o normal do patológico e dá os fundamentos para um conjunto de regras implícitas que enquadram as vidas e encontram diferentes formas e diferentes usos.

— Além dos dispositivos e das normas, existem saberes técnicos que integram muitos momentos das análises de Foucault. A medicina e a economia são os saberes que vieram concorrer para formar racionalidades normalizadoras e mecanismos estratégicos, desde que a explosão demográfica e a industrialização exigiram outras modalidades de poder, que pudessem se incumbir da vida, nutri-la, enriquecê-la.²³² Presentes nas pesquisas e análises apresentadas nos dois livros, a medicina e a economia mostram a importância que tiveram para racionalizar práticas e discursos, dando apoio científico às áreas da vida, do trabalho e da linguagem. Por exemplo, o surgimento das normas e da normalização se deu no interior do pensamento médico, principalmente através do saber psiquiátrico, para depois se expandir a todos os domínios da vida. A medicina constituiria uma técnica de intervenção política exercendo suas influências científicas sobre o organismo e sobre a população.²³³

De outro lado, as técnicas de produção, de administração do tempo e das capacidades, bem como de vigilância e de treinamento, são mecanismos

²³¹ *IDS*, p.225. *DS*, p.302.

²³² Cf. *IDS*, p.222. *DS*, p.298.

²³³ Cf. *IDS*, p.225. *DS*, p.302.

disciplinares que foram adaptados e intensificados nas manufaturas, oficinas e fábricas e tornaram possível um tipo de trabalho e de comportamento próprio a uma economia capitalista. Dispositivos que fomentaram um saber econômico, o qual, por sua vez, tornou-se capaz de organizar fenômenos mais globais e mais complexos, no nível da população.

As análises de Foucault, neste período, dão suporte ao entendimento de que os discursos e práticas médicas e econômicas, atravessados pelos biopoderes, contribuíram para construir as subjetividades e a sociedade moderna, numa relação direta entre saberes e poderes. Não foram, certamente, os únicos saberes, mas em seu conjunto de aplicação, tiveram importância considerável.

As resistências cruzam-se em *VP* e *VS* como uma questão em aberto, porque Foucault não diz o que deve ser feito, recusando-se a falar em nome dos outros e deixando a resistência como uma tarefa política incessante para os indivíduos ou para os grupos envolvidos nas relações de poder. E também porque ele nunca define a resistência, mas a insere nas relações de poder, como uma variável complexa e heterogênea. O que ele faz é, sobretudo, dar visibilidade às relações de forças que se articulam nos indivíduos: relações de poder em situação estratégica de luta, sempre presentes no campo das relações humanas. Estas lutas, ele mostra, embora específicas e locais, podem se encadear em estratégias mais globais, num tipo de interação reticular e sofrer influências de várias esferas de saberes.

De forma que, consoante ao pensamento de Foucault, promover a resistência seria procurar inverter as fórmulas do poder e se colocar antidispositivos, antinormalização e pensar outra medicina e outra economia, por exemplo. Incluindo novas práticas e saberes resistentes que não se conformem em torno de critérios de exclusão e inclusão e de verdades normativas, ao contrário, que possam auxiliar a lidar com o polimorfismo humano e os acasos da vida, de forma mais flexível. Assim, a resistência pode ser compreendida como um princípio produtivo de práticas efetivas, tanto para imaginá-las, quanto para identificá-las e para as fortalecer. O desafio é não as normalizar, é deixar que funcionem como escolhas específicas e individuais e que se sustentem nos jogos das relações de poder.

2. Considerações finais

Todo esforço deve ser feito para compreender a concepção de poder explorada por Michel Foucault no período de 1975-1976, apreendendo-a como relações de forças, e se manter no interior dela. Entender esta concepção é expressá-la como exercício estratégico, como racionalidades e procedimentos de esquemas organizadores das existências, que só funcionam através de interligações entre poder e resistência. Auxilia a compreensão, pensar metaforicamente as relações de poder como uma reação química, que provoca seus resultados somente na presença de um “catalisador” (a resistência).²³⁴

Foucault ensina a pensar as relações de poder nas próprias relações humanas, nos discursos e nas práticas efetivas, nos fatos e nos atos (não nas estatísticas ou nos orçamentos). No seu trabalho histórico, ele busca as gêneses e os esquecimentos do que veio formar as relações de poder, tal como se estabeleceram na atualidade.

Portanto, ao retomar as perguntas — como se dá resistir? como é possível resistir? quais perspectivas resistentes Foucault propôs? — é preciso, também, compreender que estas indagações se inserem em outra que as antecede — como funcionam as relações de poder?

Para Foucault, as resistências fazem parte das relações de poder, como o adversário, como o agente que se opõe ao exercício do poder. E para abordar, neste trabalho, as modalidades de resistência, foi preciso se referir aos lados das relações de poder. Porque as relações de poder, efetivamente, têm dois polos, constituídos por agentes opostos e correlatos, inseridos nos jogos e nas lutas, ou seja, têm um aspecto dinâmico. Os agentes destas relações de forças podem se harmonizar, inverter-se ou apresentar estabilizações duradouras em assimetria. Foi necessário realçar esta oposição dinâmica de forças, para alcançar analisar diferentes formas de resistência contra diferentes formas de poder.

²³⁴ Foucault utilizou esta metáfora de resistência como “catalisador químico” em “O sujeito e o poder”, In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p.276.

Deve-se acrescentar que as situações e os momentos históricos são singulares e poucas vezes se pode replicar as fórmulas de resistência. O que se procurou foi mapear exemplos e construir hipóteses de modelos ou figuras nas leituras de *VP* e *VS*, dando forma às resistências, contribuindo, assim, para as reflexões e ações atuais.

A resistência no pensamento de Michel Foucault, no período de 1975-1976, pode ser compreendida em dois níveis, um mais exemplar e outro mais geral. É possível mostrar uma continuidade para organizar estas considerações finais, em virtude das proximidades cronológica e temática entre *VP* e *VS*.

— No primeiro nível de compreensão da resistência, abordado no Capítulo I, procurou-se dar um conteúdo exemplar, identificando conflitos e propondo modelos de ações resistentes, a partir dos próprios mecanismos do poder disciplinar descritos em *VP*. Se as resistências são forças positivas, e não abstratas, é admissível que sejam abordadas sob esse ângulo mais concreto. Pode-se objetar que Foucault não sugere estes modelos resistentes no livro e, se o faz, é demasiado subliminarmente. De fato, ele não escreve sobre modelos de resistência em *VP*, mas leva a que se pense as resistências, pois não se pode ficar indiferente à insistência dos seus relatos, nos quais se percebe o seu posicionamento crítico. E é cabível pressupor as resistências no interior dos mesmos relatos históricos, porque “lá onde há poder, há resistência”, mesmo que seja preciso reconstituí-las a partir dos fragmentos que restaram.

Tentou-se reconstituir algumas figuras de resistência a partir de vários momentos em *VP*. Foucault deixa ver, por exemplo, que para aqueles que são sensíveis às práticas de coerção e de submissão do poder disciplinar, resistir é um ato espontâneo e corporal, potencializado pela indignação. E, porque as mesmas práticas constrangedoras e coercitivas tentam impor uma moral estratégica, não se deve interpretar a desobediência e a deserção sempre negativamente, elas podem ser figuras de resistência. Os excessos de poder de um lado e os excessos de obediência de outro são perigosos. É preciso contrapor às ordens, o consentimento refletido e os limites das leis humanas intransponíveis.

As figuras de resistência emergem em torno dos atributos dos mecanismos disciplinares da visibilidade, da ordem e da individualidade calculada. Aquelas

podem ser concebidas como respostas estratégicas: tornar-se visível ou buscar passar invisível; fazer e desfazer arranjos; construir sua própria história de vida; lutar e se esquivar. Na cadeia dos atributos disciplinares, enovelados nos dispositivos estratégicos, as atitudes resistentes e renovadoras podem introduzir mutações, levando a aberturas. Ato de coragem, de desobediência, de deserção, a invisibilidade, o silêncio ou o protesto, as memórias de vida, a indignação e a imaginação são exemplos concretos destas atitudes.

No âmbito dos jogos de verdade, a resistência se estabelece pelo próprio reconhecimento dos laços entre os saberes e os poderes. Principia, assim, a crítica aos discursos que circulam e se reproduzem, elevando-se o limiar de aceitação das verdades proferidas.

Compreende-se, portanto, que a resistência pode se dar de várias formas, inseridas nas práticas e saberes que constituem o domínio concreto da vida humana. Ela é abertura, problema, desafio, tarefa, possibilidade infindável para os indivíduos.

— No segundo nível, que é o mais geral, abordado no Capítulo II, a resistência aparece em VS através de três tipos gerais de oposição, alinhados às estratégias de poder. Não são modelos prescritivos, mas modelos táticos que inspiram e favorecem as possíveis atitudes resistentes.

O primeiro tipo mais geral consiste no próprio princípio de inteligibilidade das resistências, como chave de interpretação das situações de oposição ao poder. Apreende-se as resistências como os pontos irreduzíveis que se opõem ao exercício do poder, múltiplos e disseminados. São brechas que já escavam os dispositivos do poder, por meio das quais se procura operar as transformações possíveis.

O segundo tipo geral de resistência é aquele que pode ser adotado como instrumento de análise dos discursos de veridicção, sendo que são orientações para mapear as posições estratégicas dos discursos e suas transposições, reelaborações ou continuidades. Neste tipo, manifestam-se as possibilidades resistentes que vão desde a percepção dos discursos como portadores de verdades parciais e históricas, até as reversões possíveis, ou seja, os discursos se fragilizam e as verdades podem se tornar contraverdades.

Por terceiro tipo, mais sutilmente, entende-se a chance de ultrapassagem dos dispositivos de poder. Não é possível estar fora das relações de poder, mas é possível tentar pensar e agir fora dos dispositivos, porque as multiplicidades de saberes, de prazeres e de corpos, efetivamente, existem e são imprevisíveis.

Este nível de compreensão mais geral das resistências também se dá através do tema da biopoder, esta modalidade de poder que, generalizadamente, atua sobre o corpo vivo. As forças resistentes passam, então, a ser percebidas como estratégias vitais, como meios de reinventar a arte de viver.

REFERÊNCIAS

De Foucault

FOUCAULT, Michel. *Naissance de la clinique*. 7^e ed. Paris: Quadrige/PUF, 2007.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, um caso de parricídio do século XIX, apresentado por Michel Foucault. (Coord.) Tradução de Denize Lezan de Almeida. 9.reimpr. Rio de Janeiro, Graal: 1977.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir*, naissance de la prison. Collection Tel. Paris: Gallimard, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*, nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 37.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *La volonté de savoir: Histoire de la sexualité* 1. Collection Tel. Paris: Gallimard, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A vontade de saber: História da sexualidade* I. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3.ed. Rio de Janeiro, NAU: 2003.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. In:_____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Angela Loureiro de Souza. Organização de Roberto Machado. 26.reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.243-76.

FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In:_____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Angela Loureiro de Souza. Organização de Roberto Machado. 26.reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.229-42.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. Aula de 07 de janeiro de 1976, do curso ministrado no Collège de France. In:_____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Angela Loureiro de Souza e Roberto Machado. Organização de Roberto Machado. 26.reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.167-77.

FOUCAULT, Michel. *Les anormaux*. Cours au Collège de France (1974-1975). Paris: Gallimard et Seuil, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Curso ministrado no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *“Il faut défendre la société”*. Cours au Collège de France (1976). Paris: Gallimard et Seuil, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso ministrado no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso ministrado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France 1970-1982*. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits I, 1954-1975*. Paris: Quarto Gallimard, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Quarto Gallimard, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos e Escritos, vol. IV. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Organização de Manoel Barros da Motta. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p.222-40. (Poder e saber).

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos e Escritos, vol. IV. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Organização de Manoel Barros da Motta. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p.270-80. (Precisões sobre o poder. Respostas a certas críticas).

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Coleção Ditos e Escritos, vol. V. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Organização de Manoel Barros da Motta. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p.234-9. (Foucault).

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Coleção Ditos e Escritos, vol. V. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Organização de Manoel Barros da Motta. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p.77-81. (É inútil revoltar-se?).

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Coleção Ditos e Escritos, vol. V. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Organização de N Barros da Motta. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p.264-4 (ética do cuidado de si como prática de liberdade).

FOUCAULT, Michel. *Repensar a política*. Coleção Ditos e Escritos, vol. VI. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Organização de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p.371-6. (O intelectual e os poderes).

FOUCAULT, Michel. *Segurança, penalidade e prisão*. Coleção Ditos e Escritos, vol. VIII. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Organização de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p.168-88. (As malhas do poder).

FOUCAULT, Michel. *Qu'est-ce que la critique?* [Critique et Aufklärung]. Bulletin de la Société Française de Philosophie, t.LXXXIV, année 84, n.2, p.35-63, 1990. Palestra de Michel Foucault em 27 de maio de 1978, à Sociedade Francesa de Filosofia, no Anfiteatro Michelet, na Sorbonne, Paris.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p.273-95.

Sobre Foucault

BERT, Jean-François. *Introduction à Michel Foucault*. Paris: La Découverte, 2011.

CASTELO BRANCO, Guilherme. *As resistências ao poder em Michel Foucault*. Trans/Form/Ação, São Paulo, 24: 237-48, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732001000100016>. Acesso em: 04 mar 2012.

CASTRO ORELLANA, Rodrigo de. *A ética da resistência*. Ecopolítica, São Paulo, 2: 37-63, 2011-2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9089/6693>. Acesso em: 10 set 2012.

DEKENS, Olivier. *Michel Foucault*. "La verité de mes livres est dans l'avenir". Paris: Armand Colin, 2011.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles. Qu'est-ce qu'un dispositif? In: *Michel Foucault Philosophe*. Rencontre international, 1988. Paris: Éditions du Seuil, 1988. p.185-94.

ECHAVARREN, Roberto. *Foucault: una introducción*. 1.ed. Buenos Aires: Quadrata, 2011.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. 2.ed. Paris: Flammarion: 1991.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Outros livros

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo? In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008. p. 9-18.